

Vai ser ordenado inquérito à comissão de extinção da PIDE/DGS

SECURIDADE Social tem submissão a Presidência de República e a Comissão de Extinção da PIDE/DGS para que seja feita uma comissão de inquérito à comissão de extinção da PIDE/DGS...

Susato Cruz CEM Armada (fisterio)?

OS ANCIANOS DA CEM ARMADA (fisterio)? O SUSATO CRUZ, antigo chefe da CEM Armada, foi alvo de um inquérito...

Greve de avião dos metalúrgicos

FORÇA METALÚRGICA realizou greve na Unidade Base de Aviação de Lisboa, com o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho...

DIÁRIO FRANCISCO PATE BALBUENA

VI Governo Provisório toma (finalmente) posse

OS SETE MEMBROS do VI Governo Provisório tomaram posse no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no dia 23 de setembro...



OS SETE MEMBROS do VI Governo Provisório tomaram posse no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no dia 23 de setembro...

O governo eleito dos secretários de estado

OS SETE MEMBROS do VI Governo Provisório tomaram posse no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, no dia 23 de setembro...

C. M. Lisboa estuda revogação do prazo de livre escolha pelo senhorio

OS C. M. LISBOA realizou reunião para estudar a possibilidade de revogar o prazo de livre escolha pelo senhorio...

OS C. M. LISBOA realizou reunião para estudar a possibilidade de revogar o prazo de livre escolha pelo senhorio...

PS e PC assinam acordo sobre a informação

OS PARTIDOS SOCIALISTA e COMUNISTA assinaram um acordo sobre a informação, visando a cooperação entre os dois partidos...

OS PARTIDOS SOCIALISTA e COMUNISTA assinaram um acordo sobre a informação, visando a cooperação entre os dois partidos...

Conselheiros da Revolução abandonam funções executivas

OS CONSELHEIROS DA REVOLUÇÃO abandonaram as suas funções executivas, passando a dedicar-se exclusivamente a funções consultivas...

Francisco Pate Balbuena entrevista Vitor Alves

Francisco Pate Balbuena entrevista Vitor Alves sobre a situação política atual e o papel do VI Governo Provisório...

Política energética em jogo: Centrais térmicas ou nucleares

A discussão sobre a política energética está em jogo, com opções entre centrais térmicas e nucleares...

Habituação e ocupação de casas: posições em conflito

Existem posições em conflito quanto à habituação e ocupação de casas, refletindo diferentes interesses sociais...

Angola a 52 dias da independência: Acentua-se a balcanização administrativa

ANGOLA está a 52 dias da independência, e acentua-se a balcanização administrativa no território...

ANGOLA está a 52 dias da independência, e acentua-se a balcanização administrativa no território...

ANGOLA está a 52 dias da independência, e acentua-se a balcanização administrativa no território...

OMEGA TIME COMPUTER

Além de relógio um ordenador no mesmo pulso. Indicador das horas, minutos, segundos, mês e dia.



24 horas

em notícia

Vai ser ordenado inquérito à comissão de extinção da PIDE/DGS

SEGUNDO fontes bem informadas, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro promoveram mandar instaurar um inquérito às actividades da comissão de extinção da Pide/DGS, sob proposta do Partido Socialista — que teria, até, posto tal inquérito como condição importante para a sua participação no VI Governo Provisório.

Recorde-se, a propósito, que o trabalho da referida comissão tem sido vivamente contestado especialmente desde a saída compulsiva de Fernando Outeiro e Alfredo Caldeira e da demissão do coronel Pestana. O primeiro destes civis, que estruturou os serviços prisionais militares e estava indigitado para trabalhar em investigações especiais que contemplariam prioritariamente os casos Humberto Delgado, Dias Coelho e Amílcar Cabral, requereu um inquérito à sua actividade na comissão e uma sindicância a esta (com 3 pedidos de audiência ao gen. Costa Gomes) sem resposta até ao momento e assinou publicamente a apropriação partidária dos arquivos da ex-Pide por parte de civis e militares, nomeadamente o «adesivo» de documentos, por parte do tenente Judas (membro do Conselho da Revolução) com o propósito de exercer chantagem sobre figuras políticas.

Souto Cruz CEM Armada (interino)?

O ALMERANTE SOUTO CRUZ deverá assumir interinamente a chefia do Estado-Maior da Armada, enquanto o Almirante Pinheiro de Azevedo, titular do cargo, estiver o lugar de Primeiro-Ministro.

Souto Cruz, que é o segundo almirante mais antigo da Marinha (o primeiro é Lameal Gonçalves, actual Alto-Comandante em Anápolis), esteve ontem no Palácio de Saldes, para tratar, segundo julgamos saber, de assuntos relacionados com a sua tomada de posse.

Greve de aviso dos metalúrgicos

NUMA REUNIÃO realizada ontem na Comissão ficou decidida (sem greve nacional) de onze horas (dez às onze) como greve aos empregados privados das metalomecânicas que não terão a cumprir contratos salariais aprovados. Durante a reunião, foi referido que esta greve deveria também ser interpretada como um aviso técnico ao VI Governo para que não pretenda destruir qualquer das conquistas dos trabalhadores sem terse reflectido o curso da revolução.

Se não forem atingidos os objectivos imediatos (cumprimento das regras contractuais) serão decididas formas mais drásticas de paralisação do trabalho.

AZUE, J. B. R.
 FAMP. Nos. Jorge
 ROSA, Tomas
 ZENHA, Salgado
 MORA, Roberto de
 SANTANA, Alvaro de

Expresso

75-09-20

1, 12

BORGES, S. d.

VI Governo Provisório toma (finalmente) posse

QUATRO MILITARES, quatro socialistas, três independentes, dois populares democratas e um comunista ocuparão as 14 pastas do VI Governo Provisório, chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo.

Os quatro militares são o Com. Vasco Almeida e Costa (Armada), Ministro da Administração Interna, que preside à Comissão Nacional de Eleições; o major Melo Antunes, (Ex) Ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que já ocupou no IV Governo, tendo sido ministro sem pasta no II e no III; o capitão Tomás Rosa (F.A.), ministro do Trabalho, que exerceu

já funções no Ministério do Trabalho, de onde saiu quando subscreveu o Documento dos 9; e o major Vitor Alves (Ex), antigo Ministro sem pasta dos II e III Governos (ver entrevista págs. 13, 14 e 15). Melo Antunes e Vitor Alves foram membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA (de que o primeiro foi o principal relator) do Conselho de Estado, do Conselho dos Vinte, do Conselho da Revolução, a que o primeiro continua a pertencer.

Os quatro socialistas são o dr. Jorge Castanheira, para o Conselho Económico (antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros);

o eng. Lopes Cardoso para a Agricultura e Pescas (antigo Presidente do Grupo Parlamentar do PS); o dr. Salgado Zenha, para as Finanças (já foi Ministro da Justiça nos I, II, III e IV Governos); e o eng. Walter Rosa, para os Transportes e Comunicações, (antigo Presidente do Conselho de Administração da CP).

Os três independentes são o eng. Lede Marques de Sousa, Ministro da Indústria (membro da SEDES); o dr. Almeida Santos, Ministro da Comunicação Social (ministro da Coordenação Interterritorial do I ao IV Governo); e o dr. Pinheiro Faria, Ministro da Justiça

(Procurador-Geral da República).

Os ministros do PPD são o dr. Magalhães Mota, ministro do Comércio Interno (ministro da Administração Interna no I Governo, e sem pasta nos II, III e IV); e o dr. Sá Borges, ministro dos Assuntos Sociais (como no IV Governo).

O ministro comunista é o eng. Vitor de Oliveira, no Equipamento Social (já foi ministro dos Transportes e Comunicações no IV Governo).

O possível elenco dos secretários de estado

Embora não haja ainda conferência oficial, o elenco possível de secretários de Estado (que retardou a posse do Governo, devido a exigências do PPD) será o seguinte:

- na Administração Interna —
- (2) — Secretários de Estado da Administração Local e da Função Pública, ambos independentes;
- nos Negócios Estrangeiros —
- (2) — secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros — PS; (delegado Ferozal); e da Emigração — PPD;
- no Comércio Interno — (2) — secretários de Estado do Comércio Interno — PS, e do Turismo — PPD;
- no Comércio Exterior — (2) — secretários de Estado do Abastecimento e Preços — PS, e do Comércio — PPD;
- na Agricultura — (3) — secretários de Estado do Ordenamento Agrário — PS; da



Reestruturação Fundiária — PCF;
 e do Fomento Agrário — PFD;
 Joaquim Lourenço;
 — no Trabalho — (3) — secre-
 tários de Estado do Trabalho —
 PS; do Emprego — PCF, e da
 Formação Sôcio-Profissional —
 PFD;
 — na Educação e Investigação
 Científica — (4) — secretários de
 Estado de Cultura — PS; de
 Orientação Pedagógica — PS (Out
 Orde); de Administração Escolar
 — Indep. (Pratas da Fonseca); de
 Ação Social Escolar e Desportos —
 PCF; e do Ensino Superior —
 PFD (José Augusto Soares);
 — no Ensino Superior — (5) — secre-
 tários de Estado e Universitários pelo
 PS e PFD;
 — no Equipamento Social — (2)
 — secretários de Estado das Obras
 Públicas — militar (A. Maden
 Garcia dos Santos); de Habitação
 — PS (Aquilino Ribeiro Machado);
 — nos Transportes — (3) —
 secretários de Estado dos
 Transportes — PS (Otáclio Ro-
 driguez) e da Marinha Mercante —
 PCF;
 — na Comissão Social — (1)
 — secretário de Estado da
 Continua na pág. 12

Tomada de posse do novo Governo

Continuação da pág. 1

Comunicação Social — militar (Ferreira da Cunha);
— nas Finanças — (3) — secretário de Estado do Tesouro — PPD (Artur Santos Silva, filho do Orçamento e do Plano — PS, (Victor Constanção); e das Finanças — indep. (Cousa Gomes);
— na Justiça — (1) — PS (Armando Bacelar);
— nos Assuntos Sociais — (3) — secretário de Estado da Saúde — PPD (Carlos Macedo); da

Segurança Social — PPD; e dos Retornados — PPD;
— directamente dependente do Primeiro-Ministro — Ambiente — PPM (Gonçalo Ribeiro Telles).

Discurso de C. Gomes e P. de Azevedo

Na cerimónia da posse, o Presidente Costa Gomes fez um balanço dos efeitos negativos da crise, referiu "a capacidade de trabalho" do V Governo e frisou a necessidade de "autoridade, estabilização

social, relançamento da economia, paz, segurança, ordem e liberdade". Elogiou a actividade notável do ministro Pinheiro de Azevedo na obtenção da "Plataforma prévia de compromisso parlamentar".

Considerou a crise debelada, e a solução obtida muito ponderada. E, finalizou com um apelo ao realismo na Revolução e ao trabalho como forma de realizar um Portugal socialista.

Em resposta, Pinheiro de Azevedo frisou o descontentamento de

amplos camadas desfavorecidas da população, e enumerou os grandes problemas nacionais: ordem pública, autoridade, disciplina e coesão das Forças Armadas, descentralização, economia e relações exteriores.

Recordou a herança do regime anterior, tornou claro o objectivo final da edificação de uma sociedade socialista (não admitindo a social-democracia apenas como uma objectivo final).

Prometeu solenemente

denunciar ao país autoritarismos, oportunismos e fugas às responsabilidades de várias organizações e entidades.

Acenou a ordem democrática, a autoridade revolucionária, a via do socialismo e da democracia pluralista. Aqui distinguiu entre os partidos socialistas, os social-democratas, (colaborantes no poder, sem ter a direcção política do processo), os outros partidos políticos (as oposições), e os contra-revolucionários (a combater).

Saltou a arribada do Conselho ao MFA, lembrou a disciplina nas Forças Armadas, e tornou, os dimidiados milhar os emigrantes, a todos deuses palavras de apoio.

Terminou por dizer que tinha no "patriotismo, lealdade e a capacidade" dos membros do Governo, e por se declarar disposto a lutar, "com humildade e voluntariado para resolver os problemas concretos que aflictam e ameaçam a nossa Pátria".

Depoimentos de 7 ministros do VI G. P.

"Uma altura muito difícil"

Vitor Alves, declarou-nos, logo após a tomada de posse, que ainda era muito cedo para nos dar qualquer impressão. Adiantou no entanto: "É uma altura muito difícil para preparar o Ministério da Educação e Cultura, na medida em que estamos a poucos dias do início das aulas e não houve um contacto anterior deste ministro com a casa. É o que eu vos fazer agora. Vou contactar com as pessoas. Ninguém ainda saçou a "maí"; depois, numa fase mais avançada, mais pensada, falaremos."

"Evitar um regresso ao passado"

Por seu lado, Jorge Campesin, ministro de Comércio Exterior declarou ao EXPRESSO: "Vejo este Governo da forma entusiástica, pois é o primeiro que se constitui na base de um programa definido, claro, preciso. É também um Governo de harmonia, e mais do que isso, constitui-se num momento em que a esmagadora maioria do povo e dos dirigentes políticos tem a consciência de que é

necessário salvar a revolução, para se evitar um regresso ao passado. Consequentemente, estou optimista".

"Um optimismo consciente"

Tomás Rees, ministro do Trabalho: "É uma tarefa bastante difícil. Esperamos encontrar as soluções justas para os problemas iminentes que se nos vão deparar. Tenho a ideia em princípio que haverá três secretários de Estado, uma para o PS outra para o PPD e outra para o PC. No entanto nada posso afirmar, apenas posso dizer que ainda não sei se necessito os secretários de Estado.

— Está optimista ou pessimista? — "Um optimismo consciente, e creio que é tudo por agora"

"Não contava pertencer a este Governo"

Ovímio, depois, o ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha, o filiou a entrar na sala para a tomada de posse, em virtude de ter sido, nesse mesmo momento, chamado ao telefone pela mulher. Certamente não terá sido pelos mesmos motivos de Pinheiro de

Farinha, actual ministro da Justiça, retido em casa pela esposa, que não via com bons olhos, a sua ida para ministro.

Disse Salgado Zenha: "O Governo tem um programa definido e vai executá-lo. Não costava pertencer a este elenco, porque, de acordo com a minha apreciação política, estava decidido que sem o Mário Soares nem eu, pertenceríamos a este Governo. Houve um lapso quanto à atribuição da pasta das Finanças, devido a dificuldades surgidas entre o PCP e o PPD, e em consequência disso o Almirante Pinheiro de Azevedo seguiu o meu nome. Eu não desejava ser ministro das Finanças. De qualquer maneira, aceitei e estou, por as melhores condições que fui obter a colaboração de uma equipa.

Por como condição indispensável que o dr. Vitor Constante e o dr. Louza Gomes pertenciam a essa equipa. Ambos ofereciam muita retribuição porque consideram que a situação das Finanças é bastante má mas acabaram por aceitar. Também deverá pertencer a essa equipa o dr. Santos Silva, o qual só amanhã dará a resposta definitiva. Estudaremos a situação do Ministério das Finanças e

apresentaremos os resultados, primeiro ao Governo Provisório e depois ao país".

"Clarificação essencial da nossa vida política"

Magnólio Neto, classificaria, por seu turno a constituição deste governo como "algo de difícil".

"Mas oferece dois pontos que me parecem de grande importância," disse. "Pela primeira vez desde o 25 de Abril, passp que foi reconhecida a importância fundamental dos partidos políticos na designação dum projecto político. Foram eles de facto que formularam um projecto, e que chegaram a acordo quanto a ele. Um segundo ponto que quero destacar, esse projecto foi previo à constituição do Governo. Ora quer-me parecer que assim, é relativamente fácil, não só ao próprio Governo, comprometido no projecto, como a toda a gente verificar se esse projecto é ou não cumprido. Isso constitui uma clarificação essencial da nossa vida política, é uma responsabilidade que um Governo assume. Em relação à nossa presença numa pasta económica, julgo que ela é por um lado signifi-

ficativa da importância que o PPD atribui à resolução dos problemas económicos neste momento, e que o facto de termos aceiteado uma pasta económica que não é certamente das mais fáceis, demonstra também até que ponto vai esse comprometimento."

"O meu Ministério é um cruzifixo"

Almeida Santos, Agura com a pasta da Comunicação Social, dir-nos-la que o seu gabinete "não é um Ministério, mas um cruzifixo" comentando também que acima de tudo, trata-se de um desafio, conscientemente aceite, mas é um desafio de ouro". Sobre os seus projectos imediatos, dir-nos-la ainda:

"Gostaria de tentar imprimir à Comunicação Social uma feição nova, mais dialogada, entre o Ministério, os funcionários e os elementos da informação. Gostaria também de que a informação não fizesse o silenciamento, diário se possível, dos acontecimentos políticos e outros, para que a margem de especulação seja reduzida ao mínimo. E entre os convencionado de que se os jornalistas e os órgãos de informação em geral aceitarem a

plataforma de diálogo que aqui ofereço, que trancas estender a melhor maneira. Um dos planos é começar por chamar órgãos de informação todos, e a eles manter reuniões periódicas, talvez quinzenais, logo se ver.

"Recuperar toda a confiança dum país"

Sé Borges, ministro de Assuntos Sociais, classificou a tomada de posse, com um "maior desafio de sempre" e membros deste novo Governo, numa breve teoria de impasses, adiantou:

"Estamos no fim de uma maliciosa crise política dos últimos tempos e agora há que recuperar toda a confiança dum país, e isso afirmamos como Governo, capaz de dar as soluções que o povo espera.

Sobre o meu Ministério, tenho contacto com ele há três meses, visto que não iniciamos uma obra, segundo do IV Governo Provisório. Apesar-de actual, esta obra vai ser relacionada em nome de dar satisfação às exigências do povo, e aos objectivos do Ministério".

C. M. Lisboa estuda revogação do prazo de livre escolha pelo senhorio

NA ÚLTIMA reunião privada da Câmara Municipal de Lisboa, foi aprovado, em geralidade, com um voto contra, a proposta dos fogos representados do Partido Socialista) um importante documento que estabelece as condições de distribuição e arrendamento de casas consideradas devolutas.

Este documento foi realizado por técnicos da Direcção dos Serviços de Habitação da C. M. L., com o apoio de sete delegados (um por cada uma das zonas em que foi dividida a cidade e eleitos pelas Juntas de Freguesia).

Estes delegados, de acordo com o programa de reestruturação da Comissão Administrativa da C. M. L., já estão presentes nos diferentes aspectos da vida do Município e nas decisões da própria Comissão Administrativa (onde têm direito de voto).

Depois de elaborado, este documento tem vindo a ser discutido em diversas organizações de base e teve já o apoio (em votação) aprovada por unanimidade) da Escola Prática de Transmissões e, na prática, do Regulamento de Engenharia da Pontinha (onde vários dos pontos deste documento já estão a ser encaixados).

Prazos de atribuição dos fogos

Um dos aspectos mais salientes deste programa de actualização sobre assuntos referentes a habitação é a revogação, na prática, do prazo de livre escolha concedido ao proprietário para aluguer de fogos. Admite-se a possibilidade de o proprietário po-

der propor um inquilino, mas este só será aceite se não houver contestação, deitar a mão por ser o proprietário o interessado (que só será efectiva desde que devidamente justificado).

A atribuição de fogos devolutos passará a ser feita através da Bolsa de Habitação que resulta da conjugação do Serviço de Habitação da C. M. L., das Juntas de Freguesia e de todas as Comissões de Moradores constituídas em cada freguesia e que esta prática se afirmou disposta a produzir um trabalho organizado e coordenado.

Em conformidade, propõe-se que seja abolida a fórmula dos concursos para a atribuição de fogos, assim como a construção de fogos destinados a «categorias» especiais da população, designadamente aos funcionários públicos, que devem ser tratados em pé de igualdade com os outros cidadãos.

Rapidez na atribuição de fogos

O processo de atribuição de fogos é coordenado a nível de freguesia, certamente para garantir uma maior eficiência de serviços. Assim, as famílias candidatas de habitação inscrevem-se directamente nas Juntas de Freguesia onde residem, declarando a sua constituição numérica, os seus rendimentos e as suas condições habitacionais presentes, indicando eventualmente a Freguesia onde prefeririam residir como alternativa.

Posteriormente, as Comissões de Moradores classificam as famílias inscritas de acordo com um conjunto de critérios que essas mesmas Comissões têm por encargo elaborar para definir prioridades na atribuição dos fogos considerados disponíveis na Bolsa de Habitação.

Depois de escolhido o beneficiário da atribuição, as Juntas de Freguesia obrigam-se a convocar por escrito o senhorio para uma data e hora fixada com um prazo de cinco dias antes da atribuição; no caso de não comparecer, a Junta de Freguesia fará abrir a porta por um trabalhador na presença de um agente da P. S. F., assumindo todas as responsabilidades pelas situações de conflito que venham a ser criadas pela não observância destas condições.

Prevê-se ainda neste documento, que os critérios de base que servem de fundamento à atribuição de fogos, pelas Juntas de Freguesia, Comissões de Moradores, venham a ser mais tarde unificados, sendo esse trabalho da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Habitação. No que se refere à atribuição dos fogos do sector público, os seus critérios serão previamente discutidos e aprovados em reuniões da Direcção dos Serviços de Habitação com os sete Del-

Continua na pág. 12

C. M. Lisboa e ocupação de casas

Continuação pág. 1

gados da Zona e Comissão de Habitação do Secretariado das Juntas de Freguesia.

Declaração dos fogos devolutos

Mantém-se, para todos os efeitos, a obrigatoriedade de declaração dos fogos devolutos, feita pelos proprietários na Direcção dos Serviços de Habitação no prazo de dez dias.

Como está previsto em legislação anteriormente aprovada, os prazos de declaração dependem do tipo de utilização do fogo. Assim, no caso de «fogos novos para aluguer» conta-se o prazo a partir da data em que é passada a respectiva licença de habitação; para os «fogos já anteriormente alugados» o prazo inicia-se a partir da data de vacatura efectiva; nos «fogos novos para vendas» a partir da data em que é passada a respectiva licença de utilização; nos «fogos já anteriormente alugados e reservados a habitação própria», a partir da data de vacatura do fogo; nos «fogos novos reservados a habitação própria», a partir da data do contrato de venda.

Para os casos de habitação própria, é concedido um prazo de trinta dias para instalação e eventuais obras de beneficiação; no caso de fogos já anteriormente alugados, este prazo é prorrogável por iguais períodos até seis meses.

Se, terminados os prazos estabelecidos para a instalação esta não se tiver concretizado, estes fogos serão objecto de requisição e imediatamente atribuídos a famílias carecidas.

Mesmo que mobilados, serão considerados devolutos todos os fogos que não estejam a ser efectivamente habitados. Ressalvam-se apenas os casos de comissionários (corpo diplomático, colocações profissionais temporárias, serviço militar e missões especiais) e ainda os de subsídios temporários, superiores a dois meses, desde que devidamente justificadas nas Juntas de Fre-

guesia ou na Bolsa de Habitação. Em consequência, não serão permitidas residências secundárias em Lisboa.

A função dos militares

Este documento prevê ainda um papel especial para as autoridades militares que actuam como fonte da autoridade necessária para implementar as decisões previstas. Neste sentido, consideram-se indispensáveis garantir o apoio das autoridades militares para todo o programa de acção e, em particular, prevê-se que «quando solicitadas para intervir em situações de conflito, as entidades militares intervenham essencialmente no sentido de reforçar a autoridade da Bolsa de Habitação, fazendo executar as decisões daquelas entidades ou, em caso de impasse, a decisão da Direcção dos Serviços de Habitação».

As consequências

Este documento, cuja importância é inegável e parece manifestar a intenção de ultrapassar obstáculos de índole política que terão entravado a entrada em vigor de esquemas deste tipo parece esquecer qual a dinâmica do sector da construção civil em Portugal, fortemente dependente de decisão individual e privada. Ora é difícil que, perante um esquema de intervenção deste tipo se venham a concretizar as necessárias aquisições particulares de casas, seja para habitação própria ou para rendimento.

Por outro lado, não parece estar assegurada a compatibilidade entre este tipo de regulamentação e o pedido de apoio externo para este sector que, actualmente, atravessa uma evidente situação de crise.

No fundo, haverá que perguntar: a quem serve este tipo de controlo? É que não basta distribuir o que existe; é preciso construir mais se se quer resolver os reais problemas que existem.

Expresso

75-09-20

1, 12

Correio, Alexandra

Angola a 52 dias da independência: Acentua-se a balcanização administrativa

NOVA LISBOA — (de nome enviado especial Alexandre Coelho) — Se do ponto de vista militar o processo de "balcanização" do território angolano era já uma realidade, pode considerar-se que actualmente esta situação foi complementada e reforçada, pela "balcanização" ao nível administrativo.

Com efeito, após ter sido legalmente destruído o Governo de

Transição que na prática já não funcionava, tendo o Alto Comissário Português tomado conta da coordenação das tarefas administrativas, os respectivos ministros regressaram às zonas de influência militar dos respectivos movimentos, tendo formado verdadeiros "governos" de âmbito regional. É o que se passa aqui em Nova Lisboa,

e Silva Porto, onde a UNITA dispõe de "secretários" responsáveis para praticamente todas as

áreas mais importantes da administração corrente, que funcionam com ovidadeiros ministeriais e/ou departamentos públicos. Fora da cidade, e dentro da zona de influência do movimento, cabe às delegações locais a resolução deste tipo de problemas, eventualmente em ligação com o respectivo "secretário" em Nova Lisboa ou em Silva Porto, já que na primeira cidade vive e está a tra-

balhar o secretário-geral da UNITA, N'Zau-Pena, enquanto Jonas Savimbi tem a sua base em Silva Porto, a 150 quilómetros daqui.

Apesar da ausência de informações seguras de que se pode dispor aqui em Nova Lisboa, cre-se que (qual dispositivo administrativo) terá sido montado pela FNLA e pelo MPLA, eventualmente em Carmo e Lissandá ou arredores, respectivamente.

Entretanto, prossegue normalmente a ponte aérea entre esta cidade angolana e Lisboa, tendo-se registado uma intensificação do ritmo de voo das aviões à pista do aeroporto desde o passado fim-de-semana, facto com o que se julgam tanto as populações a evaguar como os membros e responsáveis pelas organizações locais de apoio, programação e

Continua na pág. 12

ocupantes já se encontram assentados. As condições de alojamento e sanitárias em geral, embora absolutamente precárias, têm vindo a melhorar com o aumento do ritmo a que se processa a evacuação, depois de um período inicial que chegou a ser considerado grave com o aparecimento localizados de algumas surtos epidémicos nas algumas das quotas instaladas, mas que presentemente se podem considerar debilitados. A maioria dos desalojados permanecem durante mais de um mês — alguns há de quase dois meses — em Nova Lisboa, para onde se dirigiram imediatamente após os primeiros incidentes militares graves nas suas zonas de fixação. A alimentação e o apoio sanitário tem estado a cargo da Cruz Vermelha de Angola, muito auxiliada pela Cruz Vermelha Internacional, que tem várias equipas de serviço social e médicas a trabalhar no Huambo.

As forças militares portuguesas ainda estacionadas nesta região têm colaborado activamente nos trabalhos de evacuação de algumas populações desde as suas zonas até Nova Lisboa, nomeadamente através do apoio em combustível e em segurança nos vários trajectos a percorrer.

Localmente, a organização, programação e concretização das operações da ponte aérea competem, para além da Cruz Vermelha, à CNAD (Comissão Nacional de Apoio aos Desalojados) e ao Depósito Geral de Adidos (funcionária, sob a superintendência do Comandante Militar da Região (Exército Português). O IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais) actua com equipas suas no acompanhamento dos voos (com especial relevo para os especialmente destinados a doentes) e na recepção dos desalojados em Lisboa. Uma acção especial montada pela CNAD possibilita a cada desalojado a transferência de 5 mil escudos de Angola para Portugal, operação que consiste no câmbio ao par de uma quantia, já que entregues aqui os 5 scudos em moeda local (acrecidos de 95 scudos de despesas de transferência), o Banco de Angola em Lisboa paga, contra a respectiva guia, o mesmo quantitativo em moeda portuguesa.

O objectivo é facilitar o "desembarque" dos evacuados à sua chegada a Lisboa, minimizando os seus primeiros problemas. No entanto, entre a população civil não integrável na categoria dos funcionários (adidos) há quem não disponha sequer daquele montante de dinheiro para transferir, acudido a CNAD os casos mais agudos segundo um esquema de prioridades definido, e de acordo com as suas próprias disponibilidades financeiras.

Por outro lado, uma elevada percentagem das populações que aguardam voos é de cor negra (há mesmo famílias inteiras nestas circunstâncias), segundo conseguimos apurar "in loco" nos mais diversos locais de alojamento que visitámos desordenadamente. Verificação que contradiz a peremptória afirmação de certos círculos (minoritários) de que se regressou a um problema de fundo racial. Quanto à evacuação das populações negras foi adoptado um critério segundo o qual embarcam os negros com famílias directas brancas, os que tenham família radicada em Portugal, e só depois os que não preencham estas duas condições, e muitos há com os quais conversámos desordenadamente nos vários centros de alojamento.

De acordo com decisão tomada ultimamente, os elementos do Exército Português estacionados em Nova Lisboa (2 batalhões, cerca de 800 homens) apenas abandonarão o Huambo, depois de finalizada a ponte aérea, e não no final deste mês como chegou a estar previsto. A sua presença tem visado a segurança das populações a evacuar, através nomeadamente de guarda no aeroporto (partilhada a meio com forças da UNITA), a superintendência de todas as operações relativas à ponte aérea e o apoio no fornecimento de combustíveis necessários à manutenção das mesmas por parte da TAP, do IARN, da CNAD, do Depósito Geral de Adidos, da Cruz Vermelha, etc.

Por outro lado, a sua acção tem

sido "relativamente apazada do ponto de vista militar, depois de um recente incidente na cidade de que saiu morto um soldado português.

Atas a evacuação não se processa apenas para Portugal. Deverão partir brevemente da Nova Lisboa para o Brasil (VIA Luanda) três voos fretados pelos interessados através da TAAO com destino ao Rio de Janeiro, para o que tiveram o apoio da própria CNAD.

A situação político-militar na zona do Huambo, e especificamente na cidade de Nova Lisboa, é aparentemente calma, muito embora sob a pressão de um potencial redensamento das hostilidades armadas. O controlo da cidade permanece à UNITA, apesar de a FNLA manter também os seus efectivos e actividades na cidade.

Até ao princípio da semana a FNLA, e principalmente a UNIFA, mantiveram o interior e o exterior da cidade sob apertada vigilância — postos de controlo de 200 em 200 ou de 300 em 500 metros — o que no entanto se apresentava como uma acção de certo modo descoordenada, tendo como objectivo a liquidação e arrecadação de um "imposto" bastante "sui generis" — ou, dois ou três cigarros, mercadorias que escasseia tremendamente na região, assim como os combustíveis em geral.

Nos postos de controlo torna-se necessária a apresentação do cartão de filiado ou simpatisante do movimento, excepção feita a alguns casos — funcionários da TAP, do IARN, da CNAD, os poucos jornalistas (4) que se encontram em Nova Lisboa, etc.

Desaparecidos os abundantes postos de controlo, que agora apenas se encontram nas estradas de acesso à cidade, não detetaram no entanto de se registar pequenas concentrações armadas urbanas com carácter esporádico, que aumentam de intensidade durante a noite, e que se saíam normalmente por alguns mortos quase sempre de cor negra. Estes incidentes são muito raramente eles lugares no interior da cidade asfaltada, desenterrando-se quase exclusivamente nos bairros periféricos, cuja população é essencialmente negra.

A coexistência na cidade entre forças da UNITA (dominantes) e da FNLA, embora ainda não tenha chegado a um ponto de ruptura, aproxima-se de lá, particularmente, tendo havido dias de grande tensão nomeadamente devido — segundo a UNITA — a tentativas de início de acções de saque que têm sido bastante comuns noutros pontos do território e la qual Nova

Lisboa tem sido mais ou menos poupada. Excepções-se algumas de roubo de combustíveis por parte de elementos da população das forças armadas da UNITA e da FNLA, que assumem um carácter importunador quando se trata de grandes volumes que, por exemplo, o Camião de Ferro Benguela armazenar em vários pontos da ilha.

A estratégia militar da UNIPARC agora começa a clarificar-se um pouco, depois da tomada de Luau (confirmada), após várias combates com o MPLA, que se zona local nas suas fileiras os elos "deixar" e os consequentes acções classificadas de "mapa" num raio de 100 quilómetros torna-se disponível cidade, e a deslocação da importante ponte sobre o rio Chitamba, no Dala, com as suas possibilidades de acção, a Hancruze de Curo Luanda. Com efeito, desde há 100 quilómetros a zona de Luau (Ganda Mariano Machado) 130 quilómetros do Lobito, as estradas zona do Camião de Ferro Benguela está sob o controlo da UNITA, que pretende através Tzimba de Sousa, na fronteira com o Zaire, e até ao Lobito Benguela, cidades que actualmente continuam dominadas pelo MPLA, mas grandemente coligadas se estradas tanto da UNITA como da FNLA. Ao sul do Camião de Ferro Benguela também todo o distrito de Cuito Cuanavale e parte do de Namibe, norte do Camião "grupo nacional" do Sã de Bandeira que, como Moçambique, se encontra o controlo do MPLA.

A situação no distrito de Cuito Sul e ao sul do de Malange se ainda confusa, apenas se podem confirmar a partir daqui de Nova Lisboa a actuação dos três e vizinhanças zonas. Além por esse dois distritos uma mais importantes linhas demarcação militar entre eles, no entanto se encontram permanentemente desorientação.

Por outro lado, resta acrescentar as informações sobre a situação ao longo do DFB e ao sul do mesmo — aproximadamente metade da zona de todo o território — são também as que conseguem apesar à hora e que se encontram de diversas fontes, por se contraditórias, não possuindo modo nenhum consistência e fidelidade correctas, já que a situação político-militar atravessa uma fase de rápida evolução, e hora e hora há acontecimentos a serem registar.

Estabilização política e estabilização militar

AS DIFICULDADES que protejaram a formação do VI Governo Provisório foram essencialmente de dois tipos: programa do Governo e distribuição de pastas.

Quanto à distribuição de pastas, a questão é sobretudo formal e pessoal (que estrutura? que nomes? que independentes? que militares?), embora seja importante a acção, no que toca aos partidos, de uma certa proporcionalidade derivada dos resultados das últimas eleições e a necessidade, relativamente aos militares, do "nihil obstat" dos Nove.

O problema de fundo reside, contudo, no programa. Não tanto nas diversas alianças e nas palavras que elas contêm, que parecem ter sido bem acolhidas pela maioria dos portugueses, mas na exequibilidade do programa, na possibilidade de o por em prática sem perder mais tempo.

Os portugueses têm legítimas dúvidas sobre a capacidade de actuação do VI Governo Provisório. Assistiram, durante 18 meses, a um espectáculo de incompetência generalizada, em que os novos ricos da política se deleitaram em jogos nem sempre florais de conquista do poder; se introduziram em compromissos e se masturbaram intelectualmente na fatura de leis e mais leis, raramente aplicadas e regra geral incoerentes, quando não contraditórias. Vítimas da prioridade absoluta atribuída à política, envolveram-se os portugueses em plenários, em saneamentos, em ocupações, trabalharam pouco produziram pouco. Agora, tomam por fim consciência de vários factos que os afligem no dia a dia: as importações sobem; as exportações desoem e as reservas esgotam-se; começam a faltar bens de primeira necessidade; as remessas dos emigrantes não vêm e os turistas também não; os aumentos de salários não acompanham sempre a subida dos preços; cada vez se constrói menos e cada vez há mais necessidade de casas; o sistema de ensino continua emperrado ou paralizado.

No campo político, as promessas, as alianças, os chavões foram tomados o lugar das realizações concretas. A informação contribuiu para alimentar os sonhos e prolongar a mistificação: quando um comunicado de uma das comissões de moradores de Cascais (leia: "Cima tem") mesmo espaço a: a mesma colocação que, um comunicado do Secretariado do P.S., quando uma manifestação de 3000 pessoas tem mais tempo de TV do que um comício de 50 000; as pessoas começam por ficar claramente baralhadas e acabam por ficar solidamente desconfiadas.

E essa desconfiança que se mantém quanto à tomada de posse do VI Governo Provisório. O tempo que este levou a constituir, os novos compromissos a que foi necessário chegar, a participação cuidadosa e conflituosa dos eternos partidos das antigas coligações, o uso de um vocabulário que perdeu beleza e significado pelo abuso e desrespeito de que foi objecto — tudo isto provocou a descrença e falta de entusiasmo.

O VI Governo tem, no entanto, inegáveis frutos a seu favor. Antes de mais, os cidadãos querem uma saída para os sucessivos impasses políticos que vimos atravessando; o VI Governo responde ao V e não se trata apenas de uma sucessão numérica — trata-se também do pós-gonçalvismo, do possível retorno à realidade, da noção cada vez mais nitida de que não é possível continuar a lidar ou adiar os problemas. Por outro lado, a direita principia a manifestar sem rodeios a sua ânsia de reconquistar o poder — entrevistas, telefonemas, apêndices, jornais clandestinos, provas a sua presença. Além disso, o espírito do 25 de Abril não morreu ainda, apesar de tão maltratado, e em muitas partes há a convicção de que este Governo é a última — ou pelo menos, a única — ocasião de fazer virar uma página concreta, aquilo em que acreditou e acredita ainda.

Resta saber se esta margem de crédito será verdadeiramente aproveitada. Se a Constituição concluir os seus trabalhos até Novembro, as eleições legislativas serão em Dezembro-Janeiro. O VI Governo Provisório dispõe, por isso, de apenas quatro meses para relançar o país. Mas esses quatro meses são fundamentais para que a confiança dos cidadãos, a economia comece a recuperar, os pilares miliares sejam destruídos, o país reacquirira a sua personalidade e o auxílio externo surja sem imposição de condições aviltantes para independência nacional. Se o VI Governo falhar, a seguir vêm o fascismo, a ditadura militar, a intervenção estrangeira. A revolução será enterrada sem cerimónias fúnebres e o Brasil estará ao belar esperanças penosamente reacqui-tadas. Se o VI Governo funcionar, a revolução verdadeira (a que os portugueses querem, não a que lhes tem sido imposta por pseudo-rangardas) triunfará e valerá a pena ter vivido a fascinante experiência destes 18 meses de sacrifícios, angústias e incertezas.

Mas para que o VI Governo Provisório funcione e precise que disponha de autoridade e a saiba exercer. Não de uma autoridade feroz, totalitária, imposta, mas de uma autoridade democrática, consentida, representativa da vontade do povo. No sábado passado, o almirante Plácido de Alencar garantiu: "o Primeiro-Ministro dispõe de instrumentos eficazes para o exercício do Poder. Tudo à sua disposição forças capazes de cumprir com disciplina e sacrifício, comprometendo-se as forças políticas progressistas a apoiar o exercício da autoridade e a combater a sua contestação".

O primeiro "test" destas afirmações terá sido im-breve. O ritmo acelerado da agitação que nos temos habituado a viver, não dará tempo ao Primeiro-Ministro e o programa que ele anunciou ao país conta medidas imediatas que não se verifiquem, o obrigando a "cometer a insubordinada" e a combater a sua contestação. O VI Governo Provisório espera desse "test" resultados democráticos.

E estará disposto a cooperar com disciplina e espírito de acordo (militar) que Plácido de Alencar diz ter à sua disposição. Esta é uma questão difícil de politicamente, para se definir bastaria a existência de um acordo de cooperação com o campo militar. O CR, o MPA e a Assembleia do MPA e a Assembleia Constituinte também foram reorganizadas. Não esqueceram os seus membros as suas obrigações quanto ao cumprimento das suas

PONTES,

José Pedro Pontes

JOSÉ PEDRO PONTES analisa, do seu ponto de vista, o momento político actual que diz caracterizar-se por uma aguda crise do processo revolucionário, que se faz sentir na ruptura da aliança operária-camponesa, na desmobilização das massas populares e na incapacidade do actual poder de Estado em atacar as contradições da

Esta opinião do nosso colaborador — antagónica a outras teses e interpretações do actual momento político — já publicadas nesta

página — é sustentada teoricamente ao longo do texto por quem que PONTES diz ser «uma tarefa fundamental».

«Tentar uma explicação da crise, subordinando-a a uma problemática correcta que parta da estrutura complexa da formação social, desmistificando as leituras de direita».

Nesta tentativa de caracterização da crise política actual, no percurso proposto por JOSÉ PEDRO PONTES para analisar diferentes fases da crise, deixamos o leitor

A crise do processo revolucionário

José Pedro Pontes

Expresso

75-09-20

13-15

BRASILEIRO Francisco Pinb
ALVES, V. C. da

**"A IMPREPARAÇÃO DOS
POLÍTICOS ERA GENERALIZADA
AO NÍVEL MILITAR E
AO NÍVEL CIVIL"**



OR ALVES, 39 anos de idade e dois anos ao serviço do 25 de Abril da revolução. Esteve na origem do movimento dos capitães, da Comissão Coordenadora, exerceu, durante 8 meses, o cargo de ministro sem pasta, foi membro do Conselho dos 20, entrou no Conselho da Revolução depois de este ter sido constituído, voltou para o mesmo órgão na sua versão pós-Tancos, é um dos que se considera-se, hoje em dia, mais um político do que um militar. Desempenhou várias missões no estrangeiro, como embaixador itinerante e chefiando delegações relacionadas com a descolonização.

O percurso político de Vitor Alves permite uma abordagem interessante e curiosa do que tem sido a revolução portuguesa. Na longa caminhada que se segue, procurou-se, acompanhando o seu trajecto, analisar os diversos sobressaltos e contradições porque a revolução portuguesa tem passado, detectar alguns dos seus aspectos positivos e negativos, debater os principais problemas que, na hora presente, se enfrenta. Pela voz não agressiva, mas corajosa, de um político militar, que se confessa sem ambições políticas, tentou-se levantar um pouco da ponta do véu que encobre um dos períodos mais interessantes da História portuguesa.

EXP. — Gostaria de, antes de mais nada, falar de política. através da qual se vai traçando o perfil de um militante da revolução portuguesa. Há ideias que a motivam, há factos que a caracterizam, há pessoas e há grupos importantes.

V.A. — Nessa altura a motivação era sobretudo profissional e de prestígio das Forças Armadas. Há, no entanto, toda uma base que, como disse, já vinha de longe, querendo alterar a situação política, embora se reconhecesse que não havia condições para congregar os militares em virtude da desconfiança gerada pelo regime anterior entre nós mesmos.

tempo da Academia Militar, ou seja, em 1954.

No que se repetia ao "movimento dos capitães", é em Odivos que me manifestei claramente pela atribuição ao movimento de um sentido político, por só si, em resultado com representantes dos outros ramos das Forças Armadas, sentir que existia uma verdadeira consciência política.

OR ALVES — Só entrei no movimento depois de 15 de Fevereiro, que se realizou uns meses mais de dois anos. De modo a, ideia do 25 de Abril muito para trás de nós. Há projetos que fizemos o ano de Abril. Reportando-me só ao ano de Fevereiro, de há muitos anos, e chamáramos-nos que se tentaram a situação política que existia no lado muito antes, já em 1972, serviram-nos a ideia de "contradição" e "papel" embora indireta, no sentido de uma alteração da situação do envio para o lado dos Combatentes; não no Porto, de um lado, por iniciativa do tenente-coronel Mário Firmo e de outros militares.

Foi-se, portanto, trabalhando em torno da motivação profissional, até se conseguir criar um corpo suficientemente forte para se passar à motivação política.

A motivação política é declarada abertamente, ainda em 1973, pelo tenente-coronel Banares, numa reunião que fizemos na Parede. Ainda era cedo, no entanto. Nessa ocasião, as reacções foram negativas e eu próprio saí apoiado, por exemplo, pelo tenente-coronel Banares, a ideia de "contradição" política só vem a ser plenamente aceita, mais tarde, no encontro de Odivos.

EXP. — Quais se oficializa que se tenta revelar um senso político?

V.A. — Os políticos que apareceram não foram muitos. Nunca, foram muitos, de resto, entre os que separavam a linha profissional da linha política, posso o citar o capitão Vasco Lourenço, o general Odivos, e tenente-coronel Banares, o major Dinis de Almeida o major Azeredo, o general Pinto Soares, e alguns outros, mas não tantos como hoje parece.

EXP. — Para não alongar demasiado o pre-25 de Abril, sublinhando a importância do MFA, em cujo movimento colaboramos. Quem foram os outros responsáveis?

V.A. — A base sobre a qual se trabalhou foi da autoria do major Melo Antunes. A comissão em constituição, pelo lado da Marinha pelos comandantes Crespo e Contreiras, havendo outros elementos variáveis; pelo lado da Força Aérea, houve pouco colaboração, em termos de participação activa, mas quem fazia a ligação, no que toca à aceitação da versão final, cito os nomes do general Moraes e Silva, do major Pereira Pinto e do coronel Sombra; pelo lado do Exército menciono o brigadeiro Barak, o tenente-coronel Lopes Pires, os tenentes-coronéis Costa Brás e Hugo Santos e o capitão Luís Macedo.

Quando começou a fazer activamente no movimento?

— Após de estar dentro do movimento eu constantemente sendo pelo major Sanchez, a um esquadra de repartimento-Maior do Exército, e para brigadeiro Charis, as suas reuniões em que participava uma em casa de um lado de esquadra e outra de outro lado do major Dinis de Almeida.

EXP. — E o seu caso pessoal, a sua adesão à base de que o movimento deveria ter características políticas dá-se desde o momento em que começa a participar nas reuniões?

V.A. — A minha posição relativamente à necessidade de alterar o regime político reporta-se aos meus

São estes os nomes de que me recordo, mas muito estar a ser injuncto com alguns dos outros participantes. Na reunião final, Melo Antunes e Vasco Lourenço já não colaboraram, porque haviam sido "exilados".

EXP. — E o seu caso pessoal Vasco Gonçalves?

V.A. — Apareceu em algumas das reuniões. Passado isso, posso que não foi de modo algum um dos elementos fundamentais na redacção do Programa do MFA, mas antes no seu desenvolvimento após o 25 de Abril.

Teriam ou não militares participar do G.P.?

EXP. — De-se a 25 de Abril, quando a constituição sobre o processo político, vos apontou na primeira Comissão Coordenadora do Programa, o grupo dos políticos e das operações. E, a partir daí, tem sido sempre política?

V.A. — Como sabe, antes do 25 de Abril, houve uma direcção do MFA, composta por Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e eu próprio, mesmo que, a dada altura, o Sr. Lourenço é mandado para Agoras, ficando o Otelo com a parte militar e eu com a parte política. Fiquei sempre, portanto, orientado para o sector político.

Quando o Vasco Lourenço, que foi sempre e é o "motor" desta revolução, parte para os Açores, há um momento particularmente difícil, depois do 16 de Março, que é ultrapassado porque o bispinho Otelo-Vitor Alves não pára. Não quer dizer que "o 25 de Abril" não se viesse a fazer, mas, se o bispinho tivesse parado, não teria sucedido a 25 de Abril.

É em consequência desta demarcação que Otelo Saraiva de Carvalho não surge, logo a seguir ao 25 de Abril, na Comissão Coordenadora. Dentro do movimento, a trajectória dele foi sempre militar e não política.

EXP. — A partir daí vos passas dois meses e tal na Comissão Coordenadora e entra depois, como ministro sem pasta, para o II Governo Provisório, o primeiro chefiado por Vasco Gonçalves, passando-se em funções governativas até ao termo, em 11 de Março, do III Governo Provisório.

... Gostaria que me falasse da sua experiência durante esses 10 meses?

V.A. — Conhecendo mesmo do princípio, a minha experiência costou-me que eu tinha razão

quando afirmava que os militares não se deviam hipotecar ao governo. A nomeação inicial, como está escrita no Programa, era de que o Governo fosse conduzido essencialmente por civis, com eventual participação de um ou outro militar, garantindo os militares o desenvolvimento do processo. Quando se dá a queda do governo de Felício Carlos, eu e muitos outros, entendíamos que os militares não deviam entrar para o Governo da forma como entraram. Em minha opinião, isso significaria, a prazo mais ou menos curto, o desgaste do próprio MFA. A presença do MFA em lugares de condução do executivo teria, sem dúvida, um efeito análogo e, quanto maior fosse o desgaste, menos tempo duraria a credibilidade.

Além disso, vivemos num país que não tem uma tradição de governos militares ou, se quiser, de militares no governo. Quanto mais cedo se iniciasse na condução do processo pelos militares, mais cedo surgiria a tese do afastamento dos militares dessa mesma condução.

EXP. — Porquê prováveis a tese considero é mad?

V.A. — Porque, talvez erroneamente, se considerou que, depois daqueles dois meses, em que "seteiros a rinha da garrafa de champagne", seria impossível as forças políticas civis — ainda mal organizadas, com excepção do PCP — conduzir eficazmente o processo.

Foi essa a razão da entrada dos militares para o II Governo Provisório, chefiado pelo então coronel Vasco Gonçalves. E eu gostaria de prestar um esclarecimento, que é uma homenagem, ao ex-Primeiro-Ministro. Quando se formou o II G. P., o general Spínola — e não a Comissão Coordenadora, como então se disse — convidou Vasco Gonçalves para formar Governo. A Comissão Coordenadora reuniu-se e o general Vasco Gonçalves teve de ser convencido a aceitar. Digo isto como uma homenagem, porque Vasco Gonçalves, em Julho de 1974, não estava, de maneira nenhuma, a procura de poder.

O 28 de Setembro e as mudanças das pessoas

EXP. — Não estando o general Vasco Gonçalves interessado no poder, não deveria já nessa altura pensar que o reformou interessando em que não acontecesse, por motivos de ambição pessoal ou de ordem partidária? Responda que é a partir dessa momento que calhou ao movimento militar como Balsemão, Frazão Miguel, Hugo dos Santos, etc. Não coincidiu o desaparecimento desta com o surgimento de outros militares que não haviam desaparecido por...

V.A. — A substituição de personalidades ao longo de uma revolução é, quanto a mim, perfeitamente normal. Nessa fase, há alguns indivíduos que caem, por exemplo, o major Mário Fernandes que no processo inicial tem grande importância. Mas não são os sobressaltos próprios de uma revolução e não estão ligados ainda a tendências políticas sectaristas ou ambições pessoais.

No dia 18 de Julho, o general Vasco Gonçalves é forçado por nós, Comissão Coordenadora, a ocupar o lugar de Primeiro-Ministro e, até 28 de Setembro, faz uma condução do processo em termos, que, de modo algum, se podem considerar afastados do Vasco Gonçalves que nós conhecíamos antes do 25 de Abril.

EXP. — A alteração verifica-se portanto com o 28 de Setembro?

V.A. Para mim, o salto qualitativo, em termos de pessoas, sucede de facto com o 28 de Setembro. E isso não admira porque o 28 de Setembro é muito grave. Há uma luta com o general Spínola, que tem uma personalidade muito forte e objectivamente, pretende um determinado número de coisas, o que provoca um choque com ele e com uma Junta que havia sido constituída por nós, diga-se de passagem.

E depois da vitória de 28 de Setembro que certas pessoas começaram a surgir de modo ligeiramente diferente. E as diferenças vão-se acentuando com o tempo. O general Vasco Gonçalves toma uma atitude diferente e é também a partir dessa data que aparciamos

preços que nada têm a ver com o 25 de Abril.

EXP. — Quem, por exemplo?

V.A. — Não seria difícil dar nomes, mas talvez seja melhor não entrar em personalizações.

EXP. — Mas esta revolução está cada vez mais personalizada...

V.A. — Talvez seja preferível limitarmo-nos aos pontos-chaves.

EXP. — Voltamos então ao fio condutor desta entrevista. Qual a importância do 28 de Setembro em si, quer em termos de experiência governativa até aí, quer na constituição política posterior? O que é que aprende, quais são as suas conclusões?

V.A. — Até ao 28 de Setembro, há aprendido algo sobre aquilo a que



mesas tinha tido acesso e a quem nem sequer aspirava. Projectado para ministro, aprendo a mover-me na condução política. Constato essencialmente uma impropriedade generalizada ao nível militar e ao nível civil.

EXP. — Ao nível militar, porque?

V.A. — Algumas vezes os militares da minha geração tinham feito condução política? A falta de experiência era total.

EXP. E da parte dos civis?

V.A. — Também senti que tinham dificuldades. E isso nada tem de vexatório porque nunca lhes tinha sido dada oportunidade de governarem. Uma coisa são os conhecimentos políticos, outra a prática política que resulta da experiência. Com a viragem do 25 de Abril e com o que era antes este país as pessoas lançadas para a condução política não tinham um mínimo de experiência. Teriam conhecimentos, teriam talvez — e é sobre é propiciado — ideias concretas sobre o que queriam mas faltava-lhes a experiência.

Antunes, Gonçalves, Cunhal, Soares, e Mota

EXP. — Não haverá excepções? V.A. Há sempre excepções. Mas, no campo militar, não, em termos de condicção, não existiam. O que havia era pessoas com conhecimentos políticos. Por exemplo, o major Mito Antunes, desde a Escola do Exército, enquanto aqui estudavam tiro e outras matérias militares, ele ia lendo os seus manuais de politica, sociologia, filosofia, etc. e estudava Marx e fúndio. O proprio general Vasco Gonçalves é um homem com bastantes leituras politicas. Mas qual a experiencia politica efectiva de um Mito Antunes ou de um Vasco Gonçalves?

EXP. — Aplica e mesmo mediocrite nas politicas civis? Qual a sua experiencia politica civil que seja e impressionante?

V.A. — Entre outros, o dr. Alvaro Cunhal.

EXP. — Passell? V.A. — Sentido politico, objectividade, militancia. A forma como, no momento proprio tem o argumento necessario para defender a sua linha politica. Tambem o dr. Mito Soares é um politico da mesma categoria do dr. Cunhal.

EXP. — Mas como parecem parecer bastante diferentes.

V.A. Os politicos parecem mais do que são ou são mais do que parecem?

Tambem gostei muito, nos contactos que tive, do sentido de oportunidade do dr. Magalhães Mota e da extraordinaria imaginacão de Eug. M. L. Pitegalgo.

embora a sua rotacão politica seja distinta da dos outros dois.

EXP. Com todos esses contactos com as doutrinas que foi sendo de tomar como o desenvolvimento que hoje lhe significa como passou a ver a politica?

V.A. — Como tudo na vida, politica tem aspectos aliciantes e aspectos negativos. Quem trabalha em si proprio ambicão politica deixa-se naturalmente envolver pelos aspectos aliciantes.

Para mim, talvez porque não tenho o grau minimo necessario de ambicão politica esses aspectos aliciantes não são suficientes para que me entregue a mim mesmo totalmente a politica. Por isso os aspectos que opõem negativos me mataram bastante ao longo desta trajetória de 18 meses.

Basicamente, o que restringiu o meu entusiasmo em relação a politica foi o ter visto grupos desmoralizados em discussões ideológicas que passaram sempre a frente de seus proprios interesses, sem fazerem que para mim essa politica era insustentavel. Se isso é normal num país estabilizado considero essa attitude um crime, em termos de revolução de passagem de uma sociedade de direita para esquerda. Porque no fundo, insistentemente é claro que se trata, foi isso que se pretendeu com o 25 de Abril.

...EXP. — Essa accusação talvez separe os civis de os militares?

V.A. — É geral, a partir do momento em que alguns militares se deixaram instrumentalizar e secularizar. Nesse prisma militares e civis não são diferentes. Não podemos usar um "tato" diferente nos e militar que hoje é militar, poderia ter sido engenheiro ou qualquer outra coisa.

Novembro de 1974: o desagregar do triângulo

EXP. — A partir de que momento é que essa estruturação de militâncias começa a ser acutiada?

V.A. — A prestação terá começado logo no 25 de Abril, mas é a partir de Novembro que ao nível do maior clareza. É nessa altura que o major Melo Antunes e eu salmos simultaneamente de Portugal. Eu fui fazer uma viagem pela Europa e ele foi-se não estou em erro, à Argélia. Até Novembro, a condução do processo, ao nível governamental, tinha sido feita por arranjo próprio do MFA, em termos de triângulo: Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves. Por isso Melo Antunes e eu éramos ministros sem pasta. Entendia-se que representávamos três maneiras de pensar diferentes, mas com o mesmo objectivo.

II de Março: a verdade é revolucionária

EXP. — Vem a seguir o prelado de Novembro a Março.

V.A. — Da-se então a progressiva separação desse triângulo que, bem ou mal, são consideramos a sístese das três correntes de pensamento paralelas dentro do MFA.

Há realmente uma dialéctica nas revoluções e as revoluções são sempre períodos conturbados, são sempre períodos de destruição de todas as estruturas anteriores e de criação de novas estruturas. A partir de Novembro começamos de facto, a destruir o que queríamos destruir, mas a acutição que eu faço a mim próprio e ao processo é a de que nada, ou muito pouco, sobreviveu do anterior.

EXP. — Mas porque é que o triângulo se destruiu?

V.A. — Porque há uma separação absoluta.

EXP. — Vasco Gonçalves de um lado, Melo Antunes e Vítor Alves do outro?

V.A. — Melo Antunes e Vítor Alves ligam-se mais a partir de Novembro. Consideramos cada vez mais e fomos-nos aproximando, à medida que deixávamos de ter acesso ao terceiro vértice do triângulo.

EXP. — E quem se aproxima de quem? Melo Antunes de Vítor Alves ou Vítor Alves de Melo Antunes?

V.A. — Em termos ideológicos, talvez Vítor Alves de Melo Antunes, já que a preparação política desta é uma directiva superior à de quê, muito embora, por parte de Vítor Alves haja a primazia — de que virá a ser acusado, se não o sou já — de continência de

EXP. — Fede delimitar quê?

V.A. — Digamos que tratai diferentes. Almas na pluma do MFA está a maior diversidade de formas de pensar mas com só um objectivo comum.

EXP. Teria no entanto o maior interesse que delimitasse mais concretamente essas três maneiras de pensar.

V.A. — Pensei dizer-lhe, por graça, que na noite em que a Comissão Coordenadora do Programa iniciou com o então coronel Vasco Gonçalves em que ele acutiava ser Primeiro-Ministro e eu e Coordenadora achavam que o Primeiro-Ministro deveria ser o Major Vítor Alves, porque era a pessoa que na altura, levantaria menos problemas teria maior acutição enfim "partiria menos água" como se costuma dizer.

EXP. — O major Vítor Alves não acutiava de maneira nenhuma a sugestão porque não se sentia preparado para ser Primeiro-Ministro de um país mesmo que se tratasse de "uma república de bananas".

Falou-se também do major Melo Antunes, mas não podia ser, porque era considerado de ocasião "vermelho" — estou-me a reportar, claro, a Julho de 74. Melo Antunes, na altura, era o "comunista", no sentido pejorativo em que por vezes é utilizada a palavra.

Atém se chegou à conclusão de que o general Vasco Gonçalves, apesar de, então não querer acutição o cargo, ainda era a pessoa que representava uma tendência ideológica. E deste modo ficou formado o triângulo.

EXP. — E que aconteceu ao triângulo em Novembro?

V.A. — Até aí, conseguimos sempre trabalhar em contacto directo com o primeiro-ministro. Quando regressámos do estrangeiro, esse tipo de relações tornou-se impossível, em virtude de uma barreira interpretada entre ele e nós.

EXP. — Quem interpele esse barreira?

V.A. — O gabinete do primeiro-ministro.

prelamento, o que não quer dizer, claro, que Melo Antunes não tenha prestado serviços.

EXP. — O que é o 11 de Março em relação à desagregação de que tem estado a falar?

V.A. — O 11 de Março é a conclusão lógica da separação que se vinha a desenhar desde Dezembro.

EXP. — Mas e que é o 11 de Março?

V.A. — Não conheço por nomeções relativas ao 11 de Março.

EXP. — Mas há um relatório preliminar.

V.A. — Em 11 de Março, eu ainda estava em Londres, numa missão, chego precisamente nesse dia, não estava informado de nada e, parece que, alguns camaradas meus do "Conselho dos 20" até sabiam do que se estava a passar. Em 11 de Março, Melo Antunes está fora também. O 11 de Março é, portanto, o dia da "confirmação" das ultrapassas.

De qualquer modo, o caso vai ser julgado em tribunal e daí surgirá a verdade — e a verdade é revolucionária.

A tentativa de destruição

EXP. — Continuando a seguir o seu percurso político, voltamos, a partir de 11 de Março, uma queda.

V.A. — Total. Antes do 11 de Março, como consta das actas dos Conselhos de Ministros, há desentendimentos pessoais entre mim e o primeiro-ministro. Há uma desconfiança natural do primeiro-ministro em relação à minha pessoa e aquilo que eu — bem como Melo Antunes — representávamos no desfecho triângulo. Melo Antunes mantinha-se no IV Governo, creio, porque

Digamos, por agora, que o 11 de

Março foi um salto qualitativo, conclusão lógica da separação que se verificava em Novembro. Privacei uma linha, apoiada pelo general Vasco Gonçalves, que não correspondia à linha que eu defendia quando fomos posse no II Governo Provisório. Fede então a conclusão lógica, como já disse, mas terá sido também uma acutição do processo que as estruturas não comportavam.

Não se trata de opção socialista. Al não há questões a levantar, acrescentado porque, nas eleições de 25 de Abril deste ano, se vem a verificar que há uma ratificação nacional dessa opção.

EXP. — Estange que se resultados eleitorais revolvam uma opção clara pelo socialismo? Há quem tenha sustentado que se pessoas votaram mais contra determinados grupos do que se favoreciam.

V.A. — Prmo que há uma opção pelo socialismo e que há, ao mesmo tempo, uma negação de outras situações políticas.

naquela ocasião era impossível afastar, sobretudo por causa do problema de Moçambique. Prmo que ele não foi mantido por causa do seu valor, que é real, mas porque era indispensável no projecto da democratização.

Mas mais importante que tudo isso foi a posição tomada pelo Vítor Crespo, que vindo "intempetivamente" de Moçambique, teve a coragem de denunciar as consequências últimas do 11 de Março, ao nível do Conselho da Revolução, como uma força não revolucionária que bastou para que Melo Antunes e Vítor Alves fossem retomados o seu lugar de direito no

Continuará (p. 14)

«Tinha razão quando afirmava que os militares não se deviam hipotecar no Governo»

Continuação da pág. 12

Conselho da Revolução. Estava lançado a semente do Grupo do Novo...

EXP. — O que se passa consigo entre o 11 de Março e o aparecimento do Documento dos 9?

V.A. — Há uma jogada no sentido de destruir, não propriamente a minha pessoa, mas tudo aquilo que as pessoas pensam que eu represento e que no fundo conduziu ao Documento dos 9. Não

Documento dos Nove: reposição e autocritica

EXP. — O Documento dos 9 será, entre outras coisas, uma tentativa de reposição de si, ou melhor, de si mesmo do triângulo?

V.A. — O Documento dos 9 vem dizer: como isto, a partir do 11 de Março, foi levado de uma determinada forma, consideramos — sou a falar a título pessoal — que aquilo que poderia dar corpo a essa forma não existe. Por outras palavras, a consistência, apenas fic-

por mim, claro, mas porque, ao tentar destruí-lo a ideia que eu representaria, tentou-se também destruir a base social de apoio da revolução, que defendemos.

EXP. — Quem faz essa jogada e como se procura ela?

V.A. — Fazem-na as forças militares e civis que pensam estar o país em condições de utilizar a teoria da vanguarda revolucionária. Essas forças erraram, o que demonstra que a nossa ideia inicial estava certa: o triângulo aquilo que representava era a

ticamente foi mantida, na medida em que se foram destruindo ou tentando destruir, através de acusações objectivas nos diversos sectores, determinados grupos da sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que se lhes podia para colaborar. Isto do Documento dos 9.

EXP. — Mas o Documento dos 9 também reveste formas de autocritica. Até que ponto se sente responsável pela situação actual?

V.A. — Sinto-me responsável na medida em que, desde o 25 de Abril e até antes, tenho estado

garantia de uma base social de apoio para a revolução. Como esta revolução não foi feita com o esmagamento das pessoas que não concordavam com determinada orientação, que é o que normalmente tem acontecido, felizmente os "brandos costumes" portugueses não o permitiram...

EXP. — ... Não está, portanto, de acordo com a teoria do Campo Pequeno?

V.A. — Não. E tenho a certeza de que o próprio general Otelo não está de acordo com aquilo que

designa por teoria do Campo Pequeno. Basta conhecê-lo.

Mas, voltando ao que eu estava a dizer, como se pretendeu uma coexistência — a que eu não vou chamar conciliação de classes — e como não se criaram condições, nem no próprio 11 de Março, para que sucedesse de outra forma, a partir desse momento o caminho da revolução era o mesmo que estava previsto desde o princípio. Tentou sugar-se isso, o que provocou uma contradição ainda mais profunda do que aquela que já se vinham verificando.

sempre junto dos centros de poder, fazendo várias vezes parte dos centros de decisão.

EXP. — O Documento dos 9 ou o que são simboles — não deveria ter aparecido bastante mais cedo?

V.A. — Tenho dúvidas sobre o apoio militar e civil que ele teria obtido, se tivesse aparecido mais cedo.

EXP. — O Documento dos 9 surge, portanto, numa altura secundária ou é elaborado e divulgado porque o desenrolar dos acontecimentos vai "empurrar" para lá?

V.A. — As duas explicações conjugam-se. Há um desenvolvimento social que nos faz chegar ao momento de dizer basta. E, simultaneamente, uma análise científica do processo que indica que aquele era também o momento de dizer basta.

EXP. — Quais foram os efeitos concretos do Documento dos 9?

V.A. — Antes de mais, o de desbriquetar a sociedade portuguesa. Esta sentiu-se conduzida num sentido que não desejava e de repente sente um eco às suas aspirações.

E agora?

EXP. — Tudo isso estará muito certo, mas surge a velha pergunta: e agora, Vitor Alves? Passa que a resposta passa por diversas questões e, quanto a mim, a primeira relação-se com a clarificação ao campo militar.

V. A. — Neste momento, há, no aspecto político-militar uma certa clarificação, na medida em que se demarcaram, dentro do MFA, determinadas posições. O Documento dos 9 é também responsável por isso.

EXP. — De qualquer modo a clarificação não chega. Será possível a qualquer Governo governar este país sem que haja umas Forças Armadas unidas?

V. A. — Acho que não, mas não vamos levar a sério ao ponto de exigir que, na cúpula, todas as pessoas tenham da mesma maneira. A nossa ideia de transmissão de um pluralismo à sociedade portuguesa tem de começar pelos órgãos de cúpula: e isso tem de ser a síntese das várias tendências, porque nós também somos elementos do povo português.

EXP. — Mas, em termos de autoridade e de disciplina democráticas e pluralistas, o que é necessário fazer, para que qualquer Governo, seja ele qual for, possa governar?

V. A. — É fundamental que existam umas Forças Armadas coesas em torno de uma ideia. Não coesas no sentido da disciplina existente nos tempos do fascismo, mas à volta de um projecto aceite pelas forças políticas que ou representam o povo português ou será melhor que se mantenham quietas.

Note, temos vivido em crise permanente e não conseguimos ainda criar esse projecto.

EXP. — Na altura em que fazemos esta entrevista, quarta-feira às 5 da tarde, reunimo-nos abertamente Pinheiro de Azevedo a procurar constituir um Governo no qual participem os três partidos mais votados nas eleições. Cada um desses partidos diz querer o socialismo, mas um conceito diferente de socialismo e propõe várias soluções para lá chegar. Por outro lado, há um grupo militar, os 9, fortemente maioritário nas Forças Armadas que também diz que sempre o socialismo é a solução que, dentro desse grupo, hoje diversos conceitos de socialismo e de modos de a atingir...

V. A. — ... Não. Os 9 conseguiram a tal síntese. Cada um de nós tem a sua maneira de pensar, mas o MFA era assim e é a isso que nós chamamos a repositão do MFA do 25 de Abril.

Conseguimos de novo, nós, os 9, obter uma síntese que consideramos realista e viável. Resultados do MFA.

Infelizmente, as forças de esquerda deste país não conseguiram isso, porque cada uma delas considera como verdade universal a sua proposta.

EXP. — Mas isso parece óbvio, nem pale onde há partidos políticos.

V. A. — Desculpe, em revolução, após 48 anos de fascismo, mesmo este óbvio. Acerto não daqui a alguns anos, a partir do momento em que se adquira uma estabilização da sociedade portuguesa rumo ao socialismo.

EXP. — Isso é negar a própria existência dos partidos políticos. Um partido tem de defender o seu programa, sendo capaz de ter razão de estado.

V. A. — Talvez seja uma ingenuidade, mas o que eu estava a exigir, nesta ocasião, aos partidos políticos era que colocassem em segundo plano o que é próprio dos partidos políticos, que é a conquista do poder, da qual abdicariam durante os três anos de vigência da plataforma constitucional que assinaram com o MFA, e lutassem antes de mais pela estabilização de um vector de esquerda para este país.

EXP. — Mas uma coisa não se opõe ideológica, são os programas dos partidos, entre é a partilha do poder, que não significa a abdicção total, como o MFA durante três anos. Além disso, na plataforma constitucional não há uma definição clara do socialismo.

V. A. — Durante estes três anos aconteceu que não seria o caminho A, B, ou C. Há um objectivo final: a conquista do socialismo.

EXP. — Qual socialismo? Para

o PS há um, para o PPD outro, para o PC outro. E, provavelmente, para os 9, outro ainda, embora não seja um segredo bem guardado, porque o país não teve ainda o privilégio de ler o vosso segundo documento e o primeiro não passa de uma "pseudocritica", ficando no desconhecimento de vossa proposta eventualmente construtiva. Por isso, é possível que, ao lê-lo, haja pelo menos 4 socialistas e 4 não para lá chegar.

V. A. — Pode-se pôr a coisa ao contrário: todos os partidos afirmaram aceitar um socialismo pluralista, todos concordaram com o Plano de Acção Política do MFA.

EXP. — Mas o P.A.P. não é, também, porque também não é claro quanto à definição desse socialismo e ao modo de o alcançar.

V. A. — Não pretendemos dizer paternalisticamente ao povo português o que ele vai ter com o futuro.

EXP. — Não será isso que se v faziam no seu segundo e terceiro documento? Paternalisticamente ou não se vocês fazem uma proposta concreta e construtiva, sem de dizer qual o socialismo que querem para o povo português e como entendem que se lá deve chegar, ou então, aliamos a ambiguidade que eu atrás denunci.

E claro que é muito fácil definir o socialismo através da abdicção dos direitos do fim da espoliação do homem pelo homem. Mas, na prática, isso não chega. Basta

pensar que um país, como, por exemplo, a União Soviética, se dá socialista e que, para muita gente, esse socialismo não é socialismo, para se ver que, se esse português como um qualquer outro, é insubstituível face-as pelas mesmas abstractas e pelas defluições genéricas.

V. A. — Neste momento, temos apenas a obrigação de definir uma fase de transição de três anos. Não acredito, de maneira nenhuma, que em três anos, se construa o socialismo em Portugal. O nosso projecto limita-se a possibilitar a transição para o socialismo durante três anos e só responsabiliza durante esse período.

EXP. — Continua a referir-se ao segundo documento dos 9, e tal que atitudes coherentes?

V. A. — Exacto. E ninguém o conhece porque, o projecto que está a ser construído neste momento com o PPD, o PS, o PC, e o MFA, é, provavelmente, melhor do que o nosso, o que não significa que, nas discussões em curso para a formação do VI Governo e do seu Programa, o nosso segundo documento deixe de estar sempre presente.

EXP. — Está a falar como se este VI Governo durasse três anos... Ora ele, durará, se durar, até tomar posse o primeiro Governo da província, resultando dos eleições gerais, que se prevê tenham lugar dentro de poucos meses. A partir daí, esse Governo poderá adoptar o projecto que entender.

Direita, MFA civil «Rassemblement»

V. A. — E pensa que esse projecto seja muito diferente do do VI Governo Provisional?

EXP. — Não sei. Por um lado, se o primeiro Governo definitivo for apenas PS, apenas PPD ou apenas PC ou mesmo apenas PS-PPD ou PS-PC, poderá ser uma letra diferente sobre o objectivo-socialismo e os meios para o atingir. Por outro lado, o descontentamento geral das pessoas e a incapacidade revelada, durante os últimos 18 meses para resolver os problemas económicos e sociais continuam a julgar de uma viagem à direita e levaram a justificada recusa de não se efectuar por via eleitoral.

Não tem grandes ideias de uma viagem à direita, que por meios distintos — talvez meio de MDLP e de outras organizações — que até através da próxima consulta eleitoral? Suponha, por exemplo, que, nas próximas eleições o CDS obtivesse um êxito espectacular.

V. A. — Temos tempo suficiente para criar, quer uma coisa, quer outra. Não nego, no entanto, o perigo, e este será tanto maior, quanto menos formas capazes de pôr em prática o projecto político

que estamos em vias de apresentar ao povo português. Dependem, portanto, de nós. Todos os erros que temos vindo a cometer, toda a incapacidade revelada são trunfos dados à direita.

Depois de um período de meditação, talvez demasiado longo, devemos, todos os que nos consideramos realmente os vitoriosos do socialismo, qualquer que seja a via preconizada...

EXP. — Incluído, como via, o socialismo-civil?

V. A. — Esta é a via do PPD e o PPD, neste momento, faz parte da plataforma.

Se a esquerda deste país se unir ao MFA e o MFA à esquerda, e não parte do MFA a parte da esquerda e a outra parte do MFA à outra parte da esquerda, se realmente conseguirmos ter a humildade revolucionária de que tanto se fala, o perigo real da direita será destruído. Será muito mais difícil destruí-lo, se tivermos que chegar à via de facto.

EXP. — Não estaria quase a dar mais à proposta de abandono Rana Continho, de criação de um MFA civil, como contraponto do MFA militar?

V. A. — De maneira nenhuma. Aliás, o sr. almirante nunca mais voltou a falar do assunto. Continuamos a considerar extremamente importante a existência dos partidos.

EXP. — Mas o que você propõe na prática, é um «rassemblement»

civil que ajudeira o MFA militar na luta contra a direita e pelo socialismo.

V. A. — Esse «rassemblement» parece-me possível sem que os partidos percam a sua identidade. Os partidos têm uma função essencial nesta fase, que não a de luta pelo poder. Antes disso, está a função de formação política do povo português.

EXP. — Nessa hipótese, não há grave perigo de se cair no partido único?

V. A. — Não. Não vejo, por exemplo, possibilidade de o PPD e o PCP vivem a fazer parte do mesmo partido.

EXP. — Eu também não, mas a ideia de «rassemblement» é sua.

V. A. — Eu falo em termos de objectivo nacional e sem perda de identidade dos partidos.

EXP. — Mas, nomeadamente, é em termos de objectivo nacional que se chega ao partido único...

V. A. — Que se formem estruturas...

EXP. — E que se parte das forças para os partidos únicos.

V. A. — O partido único não corresponde ao meu projecto de sociedade e por isso recuso-o, mas, no momento histórico que vivemos, as forças de «esquerda» deveriam pensar mais em termos de objectivo nacional do que em termos de objectivos partidários. Talvez isto seja idealismo, mas é aquilo em que acredito.

Que Forças Armadas?

EXP. — A propósito de *Idolismo*, há uma questão concreta sobre a qual gostaria de discutir e que gostaria particularmente de discutir, nos vóspedes da semana do povo do VI Governo Provisório, os quadros do Governo, seja do VI, e VII Governo Provisório ou o próximo Governo definitivo, se possível, para garantir, que as duas leis sejam cumpridas — (leis que se presumem respeitadas da vontade da maioria do povo), que Forças Armadas — coisas, democráticas, pluralistas, mas funcionais — devem existir neste país?

V. A. — O 25 de Abril veio pôr em causa todo um tradicionalismo existente nas Forças Armadas portuguesas e apontou para a criação de Forças Armadas democráticas. Mas, também aqui, como no campo civil, não passámos ainda do campo da destruição.

EXP. — Qual são as suas ideias concretas?

V. A. — Como lhe disse a princípio, emerei-me inicialmente pelo campo político. Esse problema compete aos chefes militares.

EXP. — Mas também tem tomado parte em reuniões militares.

V. A. — Mas esse é um problema que compete aos chefes militares.

EXP. — Acha que esse problema vai ser resolvido a tempo? Quanto tempo demora a reestruturação das Forças Armadas?

V. A. — Em termos nacionais, o tempo mede-se largamente.

EXP. — E haverá tempo para medir e tempo largamente? Insiste na situação trágica de nossa economia e nos transtornos para a direita que representamos e tentabilidade política e a insubordinação militar que a condiciona.

V. A. — Repare que a inversa também é verdadeira: como quer ser uma estabilidade militar sob ser uma estabilidade política? E

preciso que haja umas Forças Armadas para que qualquer Governo governa, mas também é necessário que haja um projecto de sociedade — projecto que se compreenda e não permita fugas — para que as Forças Armadas, por seu lado, saibam.

EXP. — Andamos há 18 meses a procurar desse projecto. Acha que estamos mais longe ou mais perto de o encontrar?

V. A. — Bastante mais perto. Considero que se os três partidos e o MFA conseguirem apresentar uma plataforma aceitável de transição para o socialismo, será possível obter a coesão das Forças Armadas em torno dela. Só esta coesão civil e militar poderá trazer a direita.

Digo civil e militar, porque todas as motivações e pressões existentes

nos meios civis se propagam com igual intensidade nos meios militares. O militar não vive constantemente dentro do quartel; tem família, tem amigos, pertence politicamente a um grupo político. Acresce que a grande maioria dos elementos das Forças Armadas não são militares de carreira, são não profissionais, é o povo português a passar pelas fileiras.

EXP. — Isso estará certo em teoria. Mas os partidos não acham que a aliança povo-MFA está desactualizada?

V. A. — É natural. Cometeram-se muitos erros, o MFA afastou-se do povo e o povo afastou-se do MFA.

EXP. — Mas o MFA não deixou de avançar e andar o dia, por isso, ter responsabilidades em situações de situação política.

V. A. — Não acredito que afastamento de grandes massas, povo português tenha sido um acontecimento do MFA.

EXP. — Não refuta há pouco teoria das vanguardas voluntaristas?

V. A. — Refuti para dizer estava mal.

EXP. — Mas pode ter sucedido que quem falhou e perdeu tenham sido os voluntaristas.

V. A. — Custa-me a crer que concientemente os voluntaristas estava bem, quando, até hoje, experiência demonstra que a vanguarda, para conduzir processo, necessita, visto a social ser dimensão, utilizar o represso forte. Ora isso não foi do.

Nacionalizações e Reforma Agrária

EXP. — Abordando a questão sob outro prisma, é de estabelecer que, enquanto não grupo entre se poder, temos desactualizadas medidas económicas. Na sua entrevista de 3.º fez referência ao "Jornal Novo", você criticou, embora de forma veulda, a maneira como se nacionalizações foram feitas e se "furo" que se verificou na Reforma Agrária.

Antes de entrarmos na apreciação geral da situação económica, gostaria de ouvir sobre estas duas questões.

V. A. — Não sou um conhecedor profundo das questões económicas. No entanto, tenho algumas dúvidas: tempos de facto feito nacionalizações ou apenas estatizações? E os trabalhadores que está entregue o controle e a gestão da produção? Terão as nacionalizações obedecido a um plano concreto? Temos cometido

introduzido sinais de segurança, sem dúvida necessários para atingir o socialismo? Temos posto em perigo a concretização desta fase de transição para o socialismo?

No que respeito à reforma agrária, as medidas dadas não se reportam ao quadro legal que a criou nem ao "espiritismo" que deu origem a esse quadro legal; a reforma agrária não foi feita nas costas do povo, porque nasceu das aspirações do povo. O mal vem depois, vem dos "furos" na sua execução.

EXP. — E quais são esses "furos"?

V. A. — No domínio da agropecuária, são detectados indícios oportunistas, ao nível da ocupação das propriedades. São oportunistas e não trabalhadores que ocupam propriedades que não se inserem no quadro legal da reforma agrária, propriedades que normalmente são objecto de uma exploração racional. As ocupações são feitas em adiantada fase de exploração, a fim de obterem os benefícios das colheitas sem qualquer encargos.

EXP. — Qual a actual situação das zonas costeiras?

V. A. — As autoridades actuando nalguns casos, actuam-se, por vezes, apenas face à pressão oportuna generalizada em determinadas áreas.

Com tudo isto, certamente não grande, o dia, no período termino uma grande queda de produção. Muitas propriedades vão ser cultivadas, algumas não são cultivadas e aqui os problemas do crédito que se funcionado mal — isto significa informações colhidas, directamente, junto de trabalhadores.

Por outro lado, um conhecimento de que há situações e manadas que estão a ser deixadas, vendem-se vezes por muito pouco. Há também muitas passadas para Espanha, onde se vendidas a baixo preço, em zonas, que ficam despoletas no vizinho.

Parce, portanto, que há que redobrar, muito claramente, reformas agrícolas e que combatermos os seus devios.

Finanças e Economia: «atingimos o limite»

EXP. — Para além das nacionalizações e da reforma agrícola, os diversos indicadores económicos que, ao fim de 18 meses, a situação económica do país é pessimista e tende a agravar-se.

V. A. — Nessa revolução, como é evidente, muitos erros e precipitações se cometeram e historicamente as revoluções, no seu início, são tão saudáveis do ponto de vista económico. No caso português parece, no entanto, que agudizámos esse desequilíbrio inicial. Posso citar-lhe alguns números elucidativos.

No orçamento geral do Estado para 1975 os investimentos previstos eram de 15 milhões de contos; nos primeiros 4 meses, despendeu-se 1,2 milhões de contos; se este ritmo se mantiver, apenas se investiriam cerca de 5 milhões de contos até ao fim do ano. Será que não há coisas a fazer neste país? Como queremos absorver o desemprego? Será um problema de incapacidade dos responsáveis nos centros de decisão? E, se assim é, de quem em concreto?

Tem havido uma preocupação de perfeição, que paralisa as

iniciativas concretas. Se assim, por exemplo, se explica que não tenhamos ainda lançada, a todo o vapor, um programa de habitação social, com todas as suas positivas consequências directas e indirectas.

EXP. — Que outros sectores quer mencionar?

V. A. — No orçamento geral do Estado, a previsão inicial do défice orçamental, em termos de contos, de 16 milhões de contos. A previsão corrigida, relativamente a Agosto de 75, é de cerca de 22,5 milhões de contos. Esta previsão não inclui qualquer défice do Fundo de Abastecimento, que, como sabe, existe e largamente.

O Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais tem estimativa recente em que computa as despesas até ao final deste ano em cerca de 4,5 milhões de contos, dos quais 1,5 milhões correspondem à saída de divisas.

Outro problema é o dos avales prestados pelo Estado que, neste momento, não se sabe a quanto ascendem. Muitas empresas hoje nacionalizadas e produtoras de serviços públicos vivem em permanente défice. É este o caso do sector dos transportes e comunicações que até ao ano, só por si, prejuízo de vários milhões de contos. Grande parte dos avales do Estado que têm vindo a ser facultados às empresas limitam-se a lidar os problemas dessas

empresas, visto que são meio de arranjar dinheiro na banca para cobrir os prejuízos das empresas.

Tudo isto demonstra que tem havido uma incapacidade total para encontrar soluções que permitam reançar as unidades produtivas que o Estado deveria apoiar.

As empresas estão a ser pagas pelo povo português e seria muito mais barato o povo pagar os seus vencimentos. O caso dos jornais é flagrante: são cerca de 40 mil contos por mês.

EXP. — Mas recentemente foi anunciado o aval à "República".

V. A. — E que tem o aval à "República"? Já são 40 mil contos por mês.

Isto tudo significa que atingimos o limite e estou convencido de que uma das atitudes do VI G.P. terá de ser a de pôr ao povo português, com toda a verdade, a situação em que nos encontramos.

Por outro lado, já é tarde para a demagogia da austeridade. A austeridade é necessária, mas não com medidas demagógicas. As medidas de austeridade têm de ser racionais e como é evidente, impopulares. Não se devem limitar à fixação do salário máximo, que quanto a mim é uma medida demagógica que não resolve os problemas do país; há problemas muito mais graves que ainda não foram atacados.

EXP. — Por exemplo?

V. A. — Não aumentar os mínimos salariais para não provocar a inflação.

Há determinados sectores que estavam bem pagos e que, em 25 de Abril, não deixaram de vindicar mais aumentos e benefícios sociais, não tendo atenção as realidades da sociedade portuguesa, mas apenas os interesses egoístas. Houve ligação à teoria das vantagens de uma jogada de compra de sectores, que acabou por ser em posição contrária à que grande parte dos trabalhadores portugueses que não se beneficiaram com a revolução, antes pelo contrário; sem pensar muito concretamente no proletariado rural do Norte.

EXP. — Outros sectores?

V. A. — Embora não tenhamos dados concretos, pelo exemplo de 1974, o Produto Nacional Bruto decresceu em percentagem muito reduzida, já em 1975 será pessimismo admitir decréscimo entre os 10% e 15%.

Outro problema é o das exportações. Nos oito primeiros meses do ano, perdemos cerca de 10 milhões de contos de divisas além dos efeitos graves da perda representativa, há um problema, mas que se sente a dia: o aparecimento de um preço negro de divisas, que já gente sabe existir.

Descolonização: «os culpados somos todos nós»

EXP. — Outra questão que levanta pedigo político para o êxito da revolução é a da condução da descolonização, nomeadamente se que respeito a Angola.

V. A. — O problema tem de ser visto em dois planos: o de Angola e o de Portugal.

Quanto a Angola, a descolonização foi inicialmente mal conduzida e por isso chegámos à situação em que nos encontramos neste momento.

EXP. — Quem são os culpados?
V. A. Diria que somos todos nós.

Por um lado, o MFA, que conduziu o processo de descolonização. Por outro, as forças políticas civis, que se divorciaram sempre da descolonização, na medida em que tanto recusado que o tema político visava a ser demasiado pesado, como se está a verificar actualmente. Evidentemente, que existem as forças externas, mas elas são uma constante, jogariam sempre como jogaram e, portanto, as variáveis situar-se-iam na forma de condução através de nós, portugueses. O que se está a passar em Angola é mais para aquele Estado, porque ele está a perder quadros e potencial de trabalho de que necessita.

Para Portugal, as consequências desta fase da descolonização de

Angola são também muito nefastas, visto que, todos os nossos compatriotas que estão a regressar vêm traumatizados por uma guerra entre os movimentos de libertação em que se viram envolvidos e por voltares — estou-me a referir às classes mais desfavorecidas, que são sempre as que mais sofrem — sem nada, deixando para trás todos os resultados de uma vida de trabalho honesto. Além disso, criam-se um mercado de trabalho hiper-saturado, o que, perante a nossa obrigação de zelar pelo seu bem-estar, vem agravar o problema nacional de desemprego.

Tudo isto se processa contra a linha inicial de descolonização que visava o entendimento com os mo-

vimentos de libertação, de permitir que o maior possível de portugueses permanecesse e colaborasse com o Governo dos novos Estados, poder afirmar que apesar do MFA alguma vez terá pensado a descolonização de Angola trazer para Portugal todos os portugueses do

EXP. — No entanto, visto que de Angola saíram muitos portugueses, alguns culpados.

V. A. — É fácil pensar-se nisso, mas a culpa é de todos, mas visíveis e agensas a

Comunidade

13

«O documento dos Nove desbloqueou a sociedade portuguesa»

Ajuda externa e confiança interna

Continuação de pag. 14

EXP. — Agrada pela «empreza e pela» chegada marcada dos portugueses de Angola, a situação económica interna, entre outros, a problema das relações internacionais e da ajuda externa. Será a ajuda externa indispensável, neste momento? E, caso seja, até que ponto poderá ela condicionar a independência nacional ou devinar-se os caminhos da revolução, visto que não há ajuda externa desinteressada?

V. A. — É certo que não há ajuda externa desinteressada, mas gostaria que o povo português tivesse conhecimento do código de investimentos estrangeiros do Vietname do Norte, publicado há cerca de quinze dias. O Vietname do Norte, não quer, com certeza, perder a independência que tanto lhe custou a adquirir, mas não deixou por isso de elaborar o seu código de investimentos estrangeiros.

Quer isto dizer que, se, em Portugal, tivermos as regras do jogo bem definidas, e isso fa-

normalmente através de um código de investimentos estrangeiros, não há que temer a entrada de capitais provenientes de outros países.

EXP. — Mas, para que não entrem, é necessário também um clima psicológico interno de confiança.

V. A. — Uma vez que já começa a levar por diante um projecto político, rumo ao socialismo com a mais larga base de apoio social possível, não é conveniente de que a confiança interna e externa surja, sem necessidade de

abdições perante o estrangeiro. Ainda, a confiança interna é prioritária. Saímos do 24 para o 25 de abril, vivemos os sobressaltos e contradições de que já falei, chegamos agora a uma fase em que todo o método de condução é posto em causa, e se vai procurar outros «tonos e ritmos» objectivos? A construção do socialismo. O trabalhador português foi recebendo, ao longo deste processo, solicitações diferentes, que o deixam inseguro e lhe fazem nascer dúvidas, alimentadas por campanhas de

distinção, algo mal conduzidas — também se houve bem conduzidas — e por uma informação que muitas vezes foi desinteressada.

A grande maioria do povo português, considerada politicamente virgem a 26 de Abril, 1976, não a reconheceu. Não a reconheceu, simplesmente, a falta de confiança, a insegurança e a falta de confiança. Ora, se quisermos realmente experimentar a ter confiança no socialismo que nós procuramos, esta confiança transmitem-se ao povo português.

Portugal na NATO como a Roménia no Pacto de Varsóvia

EXP. — Voltando à independência nacional, e aos perigos que para ela possuem surgir no actual momento histórico.

V. A. — O perigo seria a perda da independência nacional, mas, em termos de relações económicas, não entendo que seja necessário um país hipotecar-se e perder, portanto, a independência nacional. Defensor de uma linha de diversificação e equilíbrio das

dependências, penso que o país não poderia viver fechado sobre si próprio, não consigo visualizar o caso albanês transplantado para Portugal.

Existem, é certo os grandes blocos e eu considero que o país não deve hipotecar-se aos grandes blocos, o que não quer dizer que não tenha todos os contactos com eles. Advogo que deveremos atenuar determinado tipo de dependências e para mim, nesta altura, a grande alternativa situa-se, não em termos de relações bilaterais, portanto, país a país — isso pode, de facto, conduzir a um grau de dependência contrária aos objecti-

vos nacionais — mas em termos de país-Europa, país-Mercado Comum, país-EFTA, país (este) país Terceiro-Mundo, ou blocos político-militar.

V. A. — A NATO é isso tudo já repetido até à exaustão, é uma consequência, uma inevitabilidade da nossa posição geo-estratégica. Fazemos parte de um bloco militar da mesma maneira que a Roménia faz parte de outro bloco.

EXP. — Seremos nós independentes em relação à NATO como a Eslovénia passou por um relatório ao Pacto de Varsóvia?

V. A. — Certo que neste momento sim.

Planos políticos pessoais

EXP. — Queris fazer-lhe uma última pergunta. Quais são os seus planos políticos?

V. A. — Não tenho planos políticos.

EXP. — Vánci pergunto ao árabe ypsilon deste país, acredita num determinado projecto, tem-se batido por ele. Esse projecto está ainda longe de poder ser concretizado. (Que vá, portanto, fazer?)

V. A. — Admito que, em qualquer momento, me possa afastar ou ser afastado dos centros de decisão em que tenho navegado e que venha a servir a revolução em que acredito em qualquer outro

lugar. E, porque não sou ambicioso, politicamente, aceito perfeitamente o ter de dar o lugar a outro e o participar onde for julgado mais conveniente. Não tenho traçado qualquer futuro para a minha vida política.

EXP. — E dize que em Portugal, não se pode planear a longo prazo. Nem prazos de um ou dois meses, se estamos, acho que é muito natural que se vá ajustando gradualmente ao, pelo contrário, que vá ficando como até aqui, passando eu não por novas surpresas?

V. A. — É-me difícil fazer previsões para o futuro. Repare que estamos no momento em que se vai enusar o novo projecto. Este simples facto é natural que traga alterações nos centros de decisão.

Admito a hipótese de continuar no Conselho da Revolução como dele ser afastado e não é problema que se aprocupe muito; deixei de me preocupar no momento em que senti que a revolução se pode desenvolver dentro daquilo em que eu acredito. Dal que, após o 11 de Março, eu não tenha desilusão politicamente, quando senti que a condução do processo era feita numa linha diferente daquela em que eu acreditava. Acreditava no objectivo, que estava em causa mas não no caminho que estava a ser seguido.

Hoje, vejo que há viabilidade de o combóio entrar na linha que me parece a única viável. Porém, a partir deste momento, há muitos camaradas meus que poderão desempenhar o lugar que eu ocupo

e eu talvez desempenhar melhor outros lugares que não este.

EXP. — Tem portanto, aquilo a que se poderia chamar humildade pessoal de dever político cumprido. V. A. — Nunca sei cumprido. Começamos agora o caminho para o socialismo e isto a obrigação de continuar, mas, neste momento, posso participar em qualquer ponto onde possa ser considerado mais útil.

EXP. — Fundamentalmente, eu politicamente, não é que gostaria de continuar uma participação?

V. A. — Até lhe podia dizer, mas poderá parecer uma pressão sobre a legião de decisão. Prefiro, portanto, grandir para mim o que não é uma ambição, mas sim o que eu penso que seria a melhor maneira de servir a Revolução Portuguesa.

RAMOS HORTA, José

EXPRESSO entrevista Ramos Horta (Sec. da FRETILIN)

Timor-Leste: uma guerra pela libertação nacional

OS POVOS SUBJUGADOS são como os 'victims': permanecem adormecidos por longos tempos até que um dia despertam novamente com a força bruta de uma natureza por vezes controlada mas sempre em evolução. Então, ao despertarem, acordam tudo, tudo quanto alguns homens foram construído sobre confiança desfeita, no silêncio, dispensando uma natural sanção que petrifica a alma deles.

O que aconteceu em Timor, nestes últimos dias, é produto de uma repressão de séculos de colonização. Só assim se poderá tentar explicar uma tragédia sem aparentes explicações, uma guerra-civil onde se têm cometido atrocidades sem par na história de um povo que sofreu de um passado guerreiro, vive agora calmo e vive novamente a compreensão dos seus problemas sociais, mas que lhe tinha sido anexada já, e para breve, a sua independência.

Repentinamente, de uma noite para o dia uma população entre os 600 mil habitantes se vê envulvida num terror indescritível onde timorenses matam timorenses, onde timorenses matam portugueses, onde timorenses matam chineses, onde timorenses matam portugueses, onde sem dá nem piedade se matam barbaramente velhos e mulheres e as crianças são despedaçadas de encontro a árvores e a stumps!! Um terror que o vício estampado nos olhos assustados de tantas famílias e, sobretudo, impressionante, nos rostos inocentes das crianças, algumas que ali perduram os pais mortos ou desaconchadas no terrível silêncio de uma fuga desesperada.

Por tudo isto procuramos o secretário-geral de FRETILIN para o ouvirmos.

EXPRESSO — Poderá explicar-nos a sua presença na Austrália numa altura em que Timor se encontra sob a tragédia de uma guerra civil; quando gente do seu partido ali combate contra os da U. D. T. e os da Apodeti?

RAMOS HORTA — Bem, eu tinha saído de Díli no dia 2 de Junho, a convite de várias organizações da Austrália, Nova Zelândia, Fiji e Nova Guiné, a fim de promover a justa luta do Povo de Timor e mobilizar apoio internacional. No dia 11 de Agosto quando seguia para o aeroporto de Darwin a fim de tomar o avião para Macau, ouvi a notícia do 'golpe', através da A. B. C. Os voos foram cancelados e fiquei na Austrália, o que em certa medida foi oportuno, podendo desenvolver ampla actividade de esclarecimento e apoio à FRETILIN.

EXP. — Tendo Voz feito todos os possíveis para regressar a Timor, e não o conseguindo, ainda deseja regressar aquela colónia, agora, que ali se matam uns aos outros? É verdade que um seu cunhado, o U. D. T., o ameaçou de morte se não regressar?

R. H. — Tentei regressar, mas não vi... tivei uma mensagem ao meu cunhado, o João Carrasquinho, «Comandante», das forças da U. D. T., avisando do perigo que a nossa Pátria atravessava e apelando para que se associassem firmemente e iniciassem conversações com a Fretlin.

Infelizmente, o meu apoio não foi ouvido, tendo sido ainda ameaçado que seria extremamente perigoso se tentar regressar. Na Austrália recibi vários telefonemas anónimos, ameaçando-me de morte. O agente comercial do navio MACDILL, em

Darwin, Frank Dagger, disse que se eu tentasse embarcar para Díli ele arranjaria que me atirassem ao mar...

EXP. — É certo que o povo timorense sempre foi guerreiro e a última prova que nos deu foi a sua forte resistência a ocupação militar japonesa na última grande guerra. Mas sabemos-lo também alegre e bom. Como se explica que ele, agora, esteja a matar mulheres e crianças e que não queira na lib. classes, portugueses e até os descendentes destes? Quem excita o povo timorense para esta guerra civil?

R. H. — É absolutamente condenável atribuir-se ao Povo crimes perpetrados por lacaios de interesses económicos estrangeiros — Hong-Kong, Indonésia, Austrália e Japão. Tenho documentos em meu poder que mostram ligações entre a U. D. T. e forças económicas externas.

EXP. — Esta guerra civil estará a ser feita entre os timorenses apenas com catanas e azagaias ou os partidos tinham armamento moderno?

R. H. — Repudio a expressão «Guerra Civil». A luta que se trava no Timor-Leste é uma luta entre lacaios do imperialismo, representado pela U. D. P. e Apodeti, e entre as massas, cuja vanguarda é a FRETILIN. É uma guerra pela libertação nacional, na qual participam todos os patriotas timorenses, incluindo as Forças Armadas. Os soldados timorenses são filhos do Povo e, por conseguinte, aderiram a FRETILIN.

EXP. — A quem, e que político, você atribui a culpa do que está a passar-se em Timor? Já ali

se previa este drama ou foi surpresa para si como o foi para nós, para todo o mundo?

R. H. — Há mais de um ano que eu, pessoalmente, não poupei esforços para promover a unidade do Povo, através da Fretelin e da U. D. T. Depois de várias tentativas, em Janeiro passado foi tomada a coligação. É claro, certos elementos corruptos da U. D. T. venderam-se a interesses económicos estrangeiros e romperam unilateralmente a coligação. Isto foi o início da deterioração do processo político no Timor-Leste. Não foi surpresa para mim. Eu sabia que mais tarde ou mais cedo a reacção haveria de recorrer à violência.

EXP. — Numa das entrevistas na TV Australiana você condenou a atitude de neutralidade que a Austrália tem mostrado seguir perante os crimes e delitos acontecidos em Timor-Leste. Poderá dizer-nos quais as suas razões para assim se ter pronunciado contra a passividade do Governo Australiano?

R. H. — Os governos australianos e indonésios falam constantemente em paz, segurança e estabilidade política... Mas quando sugerir, por mais de uma vez, que se promovesse uma reunião conjunta entre os dois governos e o governo português e os líderes de Timor-Leste, recebi um «Não». É claro a Austrália e a Indonésia, sobretudo, não interessam a solução do conflito para poderem intervir e restabelecer a ordem...

Veja os obstáculos que pusam aos enviados do Governo Português que se deslocavam ao Timor-Leste...

EXP. — E quanto a atitude da Indonésia? Você sempre acreditou que a Indonésia não desejava anexar o Timor-Leste, ou ela esperou a melhor altura — talvez esta — para poder realizar os seus desejos?

R. H. — O Governo Indonésio proclama alto e bom som que não tem ambições territoriais e respeitaria a vontade do Povo... A vontade de qualquer escravo é ser livre e o Povo de Timor-Leste deseja ser senhor da sua terra. É claro, se a Indonésia, contradizendo a sua política oficial de não interferência, optar por uma agressão militar, o povo de Timor-Leste lutará...

EXP. — É quanto a Portugal, ou melhor, a atitude dos últimos governos provisórios que Portugal tem tido para os três partidos políticos em Timor? Acusando alguns oficiais portugueses, ou melhor, elementos políticos fazendo parte dos Governos Provisórios em Portugal, você condenou particularmente apenas alguns daqueles personagens envolvidos no processo de descolonização portuguesa ou a própria política do M. F. A. quanto a descolonização de Timor?

R. H. — Custa-me imenso «sair» para o M. F. A. as responsabilidades da situação no Timor-Leste. Como disse, inicialmente, forças externas tentaram a manobra activamente, através da U. D. T. e da Apodeti. É certo que o Governador de Timor, Lemos Pires é grande responsável por se ter recusado a fazer mandar as tropas sobre a U. D. T. que desrespeitou os princípios democráticos e o programa do M. F. A. e o acordo que ela mesma assinou em Macau...

EXP. — Quais as razões que levaram a Fretelin a não comparecer na Cimeira de Macau?

R. H. — A FRETILIN não compareceu na Cimeira de Macau porque não desejava colaborar em programas artificiais e governos fantochas. A posição da Fretelin foi claramente definida quando se iniciaram as conversações preliminares em Díli...

EXP. — Presentemente aqui, na Austrália, o que pensa fazer pelo seu partido quanto ao futuro de Timor? Crê que será possível alçada salvar-se a independência de Timor-Leste?

R. H. — Como referi inicialmente, tenho desenvolvido intensa campanha diplomática, junto do Governo australiano, de vários diplomatas acreditados em Canberra. Enviei dezenas de mensagens a vários governos estrangeiros. Tenho mobilizado também a opinião pública. O resultado foi imediato: os trabalhadores do porto de Darwin boicotaram o navio MACDILL que levava carga para Díli, naquela altura ainda sob controlo da U. D. T. A Trade Union na Austrália está preparada para fazer boicotes caso a Indonésia intervenha...

E mais não disse o secretário-geral do partido político timorense FRETILIN que nesta altura parece estar senhor da parte leste de Timor.

Qual o futuro desta ex-colónia portuguesa que dista por mar apenas um 600 km, mais ou menos 380 milhas marítimas, de Darwin, Austrália?

Posivelmente a integração na Indonésia. O mais provável!

José Ricardo

Polémicas

MACAU volta de novo às páginas do EXPRESSO uma vez mais na secção «Polémicas». Desta feita, o Centro Democrático de Macau responde ao Governador daquele território ainda sob administração portuguesa, coronel-graduado Garcia Leandro, acerca das várias referências que esse oficial fez ao CDM no artigo intitulado «Macau e o pretense contra-golpo», publicado na edição de 15 de Agosto último do nosso semanário.

CDM responde ao Governo de Macau

1. O ACTUAL Governador de Macau, a pretexto de responder a um artigo do jornal EXPRESSO de 15 de Agosto de 1975, envolveu o CDM numa rede de conjeturas caluniosas, provocatórias e indignas do seu alto cargo.

Já em 28 de Maio último S. Ex.^a havia tido ocasião de proferir palavras impróprias das suas funções; mas, poucos dias depois, o Coronel Garcia Leandro deslocou-se inesperadamente à sede do CDM, onde decorria uma reunião plenária, para — segundo afirmou — dialogar com os presentes no intuito de justificar o seu anterior discurso.

Porque o Governador se dispôs a publicar um Comunicado na imprensa local que, embora não fosse a retratação expressa das palavras ofensivas antes proferidas, era, todavia, uma atitude conciliatória, fazendo referência à colaboração antes prestada pelo CDM e apelando para a sua continuação, o CDM considerou ultrapassado o grave incidente, num Comunicado oportunamente divulgado pelos órgãos de informação. Apenas pediu ao Coronel Leandro que, antes de fazer acusações, se baseasse em factos e fizesse análises com objectividade.

Mas eis que a «respostas» ao semanário EXPRESSO, se situa na linha do discurso de 28 de Maio. Nessa réplica, o Governador de Macau vai ao ponto de difamar publicamente, membros deste Centro Democrático,

um ministro do Governo Providório e o próprio Governo Central. Não se detém sequer perante os anteriores governos e o Movimento das Forças Armadas — aos quais o Governador de Macau deve a legitimidade da sua nomeação.

2. Esta resposta do Governador de Macau ao jornal EXPRESSO começa por abalar precisamente — e acima de tudo — o seu próprio actual, a pessoa e a função do actual Governador de Macau: pela emotividade e consequentes irreflexão que lhe é inerente; pela linguagem empregue; pela subjectividade de muitos dos seus juízos, muitas vezes infundamentados e pelo ódio que dela transpira.

Não obstante a gravidade da diátribe de que o CDM foi alvo, pensamos inicialmente ignorar o insólito texto de S. Ex.^a

A pesar da certeza de que não há possibilidades de entendimento com o actual Governador de Macau, achamos no entanto conveniente não deixar sem reparo alguns pontos, em obediência ao dever que nos cabe de informar todas as pessoas porventura interessadas.

3. A resposta aos ataques pessoais, que o CDM repudia veementemente e considera injustas, fica a cargo das pessoas molestadas, por ter sido esse o seu expresso desejo.

4. Numa verdadeira obsessão, o Governador de Macau atribuiu ao CDM a paternidade das notícias que o articulista tomou por verdadeiras. Tal como as outras

afirmações a despropósito, também esta não vem acompanhada da devida prova.

Mas, para nós, a razão é simples: quer durante o período em que o Governador Leandro — e as pessoas que escolheu para formarem a sua equipa de trabalho — eram uma esperança, quer depois, quando a desilusão veio substituir essa esperança, o CDM manteve-se fiel a uma posição de crítica correctiva, independente e desinteressada. A inadaptação mútua CDM-Governador, tem origem, fundamentalmente, na convicção do CDM de que o actual Governo de Macau não representa afinal nenhum avanço em relação ao regime anterior.

Desta inadaptação CDM-Governador, resulta que, tudo quanto acontece no mundo e é desfavorável aos projectos de S. Ex.^a, é obra do CDM. Esta é a convicção motivada do discurso de 28 de Maio, esta também a razão porque nos atribui a responsabilidade das informações contidas no artigo do EXPRESSO.

No entanto, a verdade é esta: a existência do referido artigo foi uma surpresa total no CDM. Mas, evidentemente, o Governador de Macau, antecipadamente não está disposto a aceitar que assim é, apesar de não ter provas em contrário...

Mas este facto não justifica que o Coronel Leandro perca a cabeça, como parece ter acontecido ao redigir a sua resposta.

O Governador de Macau decidiu atacar pessoas que, por mero palpíte, supõe implicadas na autoria do artigo assinado por Hélio Dinis (e se é que existes, diz a certa altura). A não ser assim, não mencionaria membros do CDM que nem de perto nem de longe são referidos no artigo de Hélio Dinis; nem, como já afirmámos, tinham conhecimento do referido artigo.

5. Esta procura de bodes expiatórios espalha-se por diversas pessoas e, não considerando suficiente a referência ao CDM e a alguns dos seus membros em particular, faz ainda um ataque ao Eng.^o Quilíbrio de Brito, em termos que nos abastamos de qualificar e preferimos atribuir mais a factores subjectivos do que puramente objectivos.

6. Desde que existe, no CDM seguiu-se sempre um rumo de trabalho colectivo, recusando intransigentemente qualquer abertura ao vedetismo político; os dirigentes eleitos funcionaram sempre em colegialidade, sem margem para promoções pessoais. Esta circunstância, aliada ao facto de o CDM sempre ter mantido uma posição de crítica construtiva face às decisões da Administração local, defende-os por si só de qualquer acusação de oportunismo.

Em Macau, quem tem olhos para ver sabe que as posições assumidas pelo núcleo dirigente do CDM nunca foram fonte de benefícios pessoais — muito pelo contrário, como facilmente se poderia constatar ao ler a carta

do Senhor Governador ao EXPRESSO.

O CDM não conta nas suas fileiras com privilegiados em busca de cobertura política para os seus interesses pessoais. Todos os seus membros vivem do seu trabalho diário e chamar-lhes capitalistas é manifestamente uma tirada de má fé. De entre eles nenhum veio descobrir a sêvore das patacas, emalar pratas ou preciosidades orientais.

Estreitamente, no seu entusiasmo, o Senhor Governador acusa e faz comparações entre o seu Governo e os Governos Provisórios. Não prova; afirma. Acusa sem fundamentar, com maneirismo das suas funções. O Coronel Garcia Leandro conta com as elevadas funções que exerce neste diminuto território, para garantir o impacto e a credibilidade (e impunidade?) às suas afirmações caluniosas.

A melhor resposta à carta que escreveu ao jornalista Hfilio Dinis resulta precisamente da sua atenta leitura. Neia se encontram mitos, que a realidade se encarrega de desmentar (eficácia do seu Governo, êxito de passaca); comparações insustentáveis (entre os problemas locais e as tiradas da Revolução Portuguesa...); contradições que se deveriam mutuamente (oportunistas num grupo minoritário; chama-nos demolidores ao mesmo tempo que deplora a saída do CDM das Comissões); fantasias e mais fantasias, fruto de uma imediata descreditação (o seu, é o melhor Governo).

7. Após as eleições, em 1 de Maio de 1975, numa mensagem à população, S. Ex.^a afirmou que os 43% dos votos conquistados pela candidatura derrotada era um facto a ser aceite, considerado e afirmou ser este um dado a ter em conta. Agora, diz que ninguém apostava num candidato do CDM e que este, conduziu uma campanha anti-táctica. Afinal, na opinião de S. Ex.^a, o que terá mais importância: que os 40% tenham definido uma vinculação nada contraportadora com o passado, (como considero oportuno sublinhar na referida mensagem), ou o (suposto) ostracismo do CDM em que ninguém votaria?

8. A desvalorização da moeda local, relacionamento com o anelão-bloco couço Salgado é ponto que convém referir com um pouco de mais pormenor.

A «estubida veriginosa» que o Governador afirma ter-se verificado não passou — como em Macau todos sabem — da situação de cotação oficial de um câmbio mais favorável, numa manobra que a ninguém convence e que teve como consequência o incremento da especulação no mercado negro. E tudo isto, apenas de um vultoso empréstimo em moeda estrangeira contratado pelo Governo de Macau (conforme foi noticiado) para tentar, com melhor êxito e no momento que mais lhe convinha, a manobra falhada da sucessão de poucos dias da moeda local, dilapidando a incapacidade da Administração para resolver efectiva-

mente o problema e cujas desventuras pretende atribuir aos oficiais que o Governador compele a abandonar Macau.

9. Por essas e por outras é que o CDM sentindo ameaçada a segurança individual de alguns dos seus membros, assistindo impotente ao reforço de injustificada vigilância policial, recendo piores insultos, assistiu em 12 de Julho de 1975 a suspensão de todas as actividades externas.

Designadamente, já compreendeu o CDM a autêntica alergia de que padece o actual Governador relativamente a quaisquer críticas feitas à sua Administração. Não foi assim o CDM que quis colocar o grupo conservador na ilegalidade. É o Governador que quer ficar apenas com um grupo de apoio incondicional, ou, pelo menos, domesticado. Porque se não for de apoio será marginalizado a seu tempo.

10. O critério stário proposto pelo Senhor Governador de Macau para classificar os colaboradores do fascismo, fala por si e põe a nu o espírito que o Autor dele pretende tirar: pô-se a coberto de críticas semelhantes.

Para quê, se ninguém acusou S. Ex.^a por ter ocupado um cargo de confiança política no regime anterior?

11. Entretanto, o Governador de Macau interpreta abusivamente o silêncio da comunidade chinesa como expresse apoio a todos os seus actos.

E perante esse silêncio — que só conhecendo o meio se pode compreender — o Governador Leandro vai completando a manobra de isolamento total de Macau em relação ao Governo Central de quem o Governador deveria depender. Com os poucos poderes que o actual Governador espera ver consagrados no «Estatuto Orgânico» já em projecto, os cidadãos ficarão à mercê de um Governador como o que escreveu a resposta ao EXPRESSO, sem protecção eficaz contra as prepotências e os abusos do poder.

Nem processo de eliminação sucessiva de toda a crítica progressista, o actual Governador instaura-se já o único governante português que trabalha para o futuro, o único que poderá impedir o derramamento de sangue. Passa atepetado à sua pretensa eficácia e à força de tanto se repetir, porque já se convencem que é insubstituível.

A resposta ao EXPRESSO é a prova acabada de que, no sua de incompetência (como se presta o Governador de Macau a representar o mesmo Governo que ele renega?) o Coronel Leandro não só desprezou o bom senso como perdeu até a noção do ridículo.

A análise objectiva e descritiva a que pretende responder, é tida pelo actual Governador como um processo de destruição do território.

Nós, os que aqui vivemos e trabalhamos, estamos fartos de palavrado e já vimos partir e chegar muitos Governadores. A população de Macau sabe que ninguém quer nem quer ver

correr sangue no território; e sabe por isso que se referida a sangue — sem a mínima razão — mais grave e ofensiva de tudo o escrito — é pura demagogia de terror, para impressionar, muito so longo, os que muito pouco ou nada sabem de Macau.

12. Não há dúvida de que o CDM cometeu alguns erros durante a sua existência: o primeiro e o mais grave dos quais foi ter sido um dos proponentes da nomeação do Coronel Leandro para Governador de Macau. Relembra-nos a lembrança de que o Coronel Leandro aparentava ser muito diferente da pessoa que hoje exerce o cargo de Governador.

Enquanto foi possível atribuir as dificuldades de adaptação ao meio às deficiências do Governo, sempre procuramos enfiar as mãos em actividades como forma de apoio a uma administração largamente rejeitada pela desconfiança daqueles que se sentiam em perigo de perda de privilégios. E a isto que agora o Coronel Leandro chama-bajulação.

Mas o que dissemos está escrito e não serve os propósitos do Governador. Mais: à medida que o Governador de Macau veio a revelar-se não nos faltou a coragem para denunciar os erros da sua administração, a sua incapacidade para resolver os problemas da população e do território.

E se errepistas como a que o Governador deu ao EXPRESSO são a expressão de um conceito tão genérico de Democracia, não nos faltará alento para o rejeitar.

Não nos gaitamos pela máxima, não eloquentemente citada pelo Coronel Leandro, de que de uma mentira fica sempre qualquer coisa; por isso, não escrevemos disparates, nem respondemos a insultos.

Não é o Governador de Liáboas que perde a credibilidade com cartas do Coronel Leandro ao EXPRESSO. É um governador como este que descredita qualquer revolução.

Macau precisa — e a sua população merece — que alguém olhe para cá com olhos de ver. Precisa de gente que aqui venha ver quem são os oportunistas que beneficiaram e promoveram, por conta do 25 de Abril, a situação, pois a quem, estamos entregos; que venha que leio, as prepotências de que estamos a ser vítimas; que aprecie as manifestações de hostilidade — de que a resposta ao EXPRESSO é apenas uma amostra. Que venha ver, finalmente, o que é a demagogia institucionalizada (trijada em sistema de Governo).

É chegada a altura não de convidar jornalistas para aqui observarem eventos de hostilidade artificialmente das realidades locais, mas sim que alguém com responsabilidade no Governo Central comeece a dedicar toda a atenção que toda a população merece, não se dispensando uma prolongada estada de trabalho e escutação dos reais anseios dos que aqui vivem.